

convergência

NOVEMBRO • 1994 • ANO XXIX

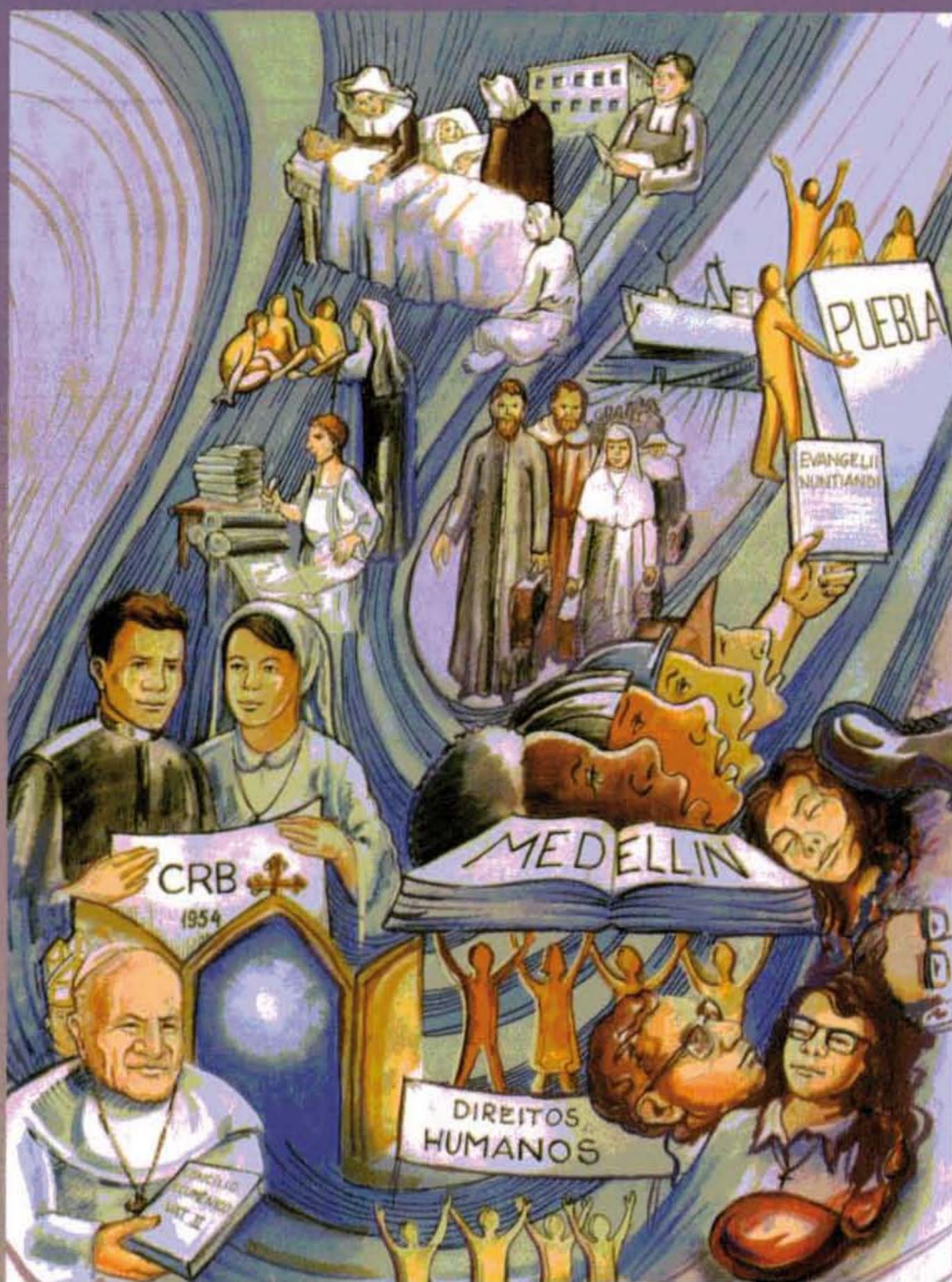
Nº 277

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO DISCERNIMENTO VOCACIONAL

— Pe. Dalton Barros de Almeida, CSSR

A EXPERIÊNCIA RELIGIOSA FEMININA NO MISTÉRIO DE DEUS

— Ir. Ivoni Lourdes Fritzen



convergência

CRB
40
anos

SUMÁRIO

EDITORIAL

PARTICIPAR PARA MUDAR 515

Pe. Spencer Custódio Filho, SJ

INFORME CRB 516

PALAVRA DO PAPA

CARTA ÀS FAMÍLIAS - V 523

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO
DISCERNIMENTO VOCACIONAL 527

Pe. Dalton Barros de Almeida, CSSR

A EXPERIÊNCIA RELIGIOSA FEMININA NO
MISTÉRIO DE DEUS 543

Ir. Ivoni Lourdes Fritzen

O ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO
DA ESCOLA PÚBLICA 556

D. Vital Wilderink, O. Carm.

ELEMENTOS PARA REFLETIR A
CONJUNTURA NACIONAL 570

Pe. José Ernane Pinheiro

NOSSA CAPA

Detalhe do Painel sobre os 500 anos de Vida Religiosa no Brasil, dos artistas populares Anderson Souza Pereira, MSC, e Elda Broilo, SC. Após a restauração da Vida Religiosa, mediante vigoroso transplante de Congregações antigas e recentes da Europa para o Brasil, nasce uma nova caminhada. A criação da CRB, em 1954, preparou a Vida Religiosa para a marcha a que a Igreja se propõe na América Latina, nesta nova fase: participação do povo, ênfase em nossa realidade e olhos no Vaticano II, Medellín, Puebla, Direitos Humanos, Evangelii Nuntiandi... Religiosos (mulheres e homens) se misturam ao povo caminhando na mesma direção.

ASSINATURA PARA 1994:

BRASIL: taxa única

Terrestre ou aérea US\$ 25,00

EXTERIOR: taxa única

Terrestre ou aérea US\$ 85,00

Número avulso (Brasil) US\$ 2,50

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.



convergência

Revista Mensal da
Conferência dos Religiosos
do Brasil: CRB

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Edênio Valle, SVD

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenador:

Pe. Spencer Custódio Filho, SJ

Membros:

Pe. Atico Fassini, MS, Ir. Lina Boff, SMR e

Fr. Luis Fernando Peixoto, OFM

DIREÇÃO, REDAÇÃO,

ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar

Cinelândia — Tel.: (021) 240-7299

20038-900 — Rio de Janeiro — RJ

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 — Ipiranga

04216-000 — São Paulo — SP

Tel.: (011) 914-1922

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DPF sob o n. P.209/73

PARA FAZER BEM O RETIRO-2

Pe. Marcos de Lima, SDB

Este livro trata da *Experiência CRISTÃ de Deus* na Vida Religiosa e no Retiro. Na perspectiva da Teologia, os marcos referenciais na conceituação da Vida Religiosa que, solenemente, juramos viver, passam, necessariamente, pela *Experiência CRISTÃ de Deus, em Comunidade Apostólica, para Evangelizar*. É por esta tríade de elementos que a Vida Religiosa se autocompreende e se fundamenta. Nesta riqueza estão o seu futuro e o sentido pleno de nossa vocação. Dito de forma diferente: as coordenadas dentro das quais a Vida Religiosa se situa, os centros estratégicos em torno aos quais ela gira e se estrutura, passam, segundo o Evangelho, pelo *SEGUIMENTO de Jesus Cristo*. Imitar, seguir, continuar, prolongar sua Missão (= Evangelizar). Fazer o que e como ele fez outrora e faria agora. Fazer de novo, no contexto presente de tempo e espaço, gestos costumeiros vividos, porém, de modo incomum. SER o que ele seria hoje se se encontrasse visível no meio de nós. SEGUIR, o núcleo cristológico da Vida Religiosa. A motivação última da Vida Religiosa é ALGUÉM que transcende o humano mas está no coração do homem e da mulher. Religioso(a) é quem está religado(a) ao mistério que é Deus. Mulheres e homens de raiz em Deus, ansiosos de viver e experimentar a certeza de que só Deus basta. Só ele plenifica a vida. Por isso, desorbitada deste seu centro natural de atração, agiganta-se na pessoa a consciência de sua fragilidade e de sua ansiedade inquieta.

PEDIDOS: à CRB Nacional
ou à sede de sua CRB Regional.

EDITORIAL

PARTICIPAR PARA MUDAR

Pe. Spencer Custódio Filho, SJ

Participar não é para o cristão uma simples opção, mas, fundamentalmente, uma exigência. É através dela que os homens e as mulheres podem transformar a realidade social e econômica na qual vivem, superando as estruturas e práticas injustas que produzem a morte, o sofrimento e o aviltamento da pessoa humana. Participação é, antes de tudo, uma forma privilegiada de fazer caridade cristã.

É verdade que a participação, por si, não realiza o Reino de Deus. A instauração definitiva e total do Reino será o ato totalmente livre de Deus, com o qual encerrará nossa história levando e elevando toda a criação ao seu fim último. O reino de Deus, porém, já se faz presente entre nós de forma sacramental e tantas vezes anônima, como um tesouro oculto (Mt 13,44-46) ou como o grão de mostarda (Lc 13,18-21), quando as estruturas de pecado são destruídas. A graça de Deus está então agindo através das ações humanas, fruto da participação. Na história são oferecidas ocasiões à *liberdade* humana que possam colaborar com o desígnio misericordioso de Deus que age na história. Uma dessas ocasiões especialíssimas é o tempo da opção vocacional. Por essa razão o presente número de **CONVERGÊNCIA** abre-se com um artigo de autoria do P. Dalton Barros de Almeida, que, com seu estilo inconfundível, parte de certa visão das Ciências do Homem (antropologia, história, sociologia, filosofia), tendo a psicologia (religiosa) como matriz desta interdisciplinaridade, para propor uma articulação que permita

compreender o processo vocacional e oferecer um referencial cheio de desdobramentos para o discernimento das vocações hoje. Já ir. Ivoni Fritzen, com seu artigo "A Experiência religiosa feminina no mistério de Deus", procura ultrapassar a aproximação androcentrista da teologia ocidental na qual o elemento masculino representa a tradição judaico-cristã, a economia da aliança e o parceiro divino, enquanto a mulher é relacionada à Igreja, ao Israel... O feminino não encontra por via direta um lugar no mistério de Deus... O bispo de Itaguaí, D. Vital Wilderink o. carm., nos faz debruçar sobre um assunto totalmente diverso: o do ensino religioso no contexto da Escola Pública. Para isso refaz a história da legislação atinente ao assunto em nosso país até a reformulação proposta na atual Constituição, para analisar por fim a identidade do ensino religioso e seu caráter confessional. Chegados quase ao final do período eleitoral, os elementos para refletir a conjuntura nacional propostos pelo pe. José Ernane Pinheiro nos permitem avaliar as possibilidades e os desafios que se apresentam para nossos novos governantes, bem como nossa participação no novo quadro político.

Diante de uma realidade que se apresenta fragmentada e multifacetada, **CONVERGÊNCIA** espera mais uma vez estar contribuindo para que suas leitoras e leitores, com diversificadas análises, possam envolver-se mais eficazmente na construção deste mundo, que por ser dos homens e das mulheres o é também de Deus.

1. SÍNODO DA VIDA CONSAGRADA — 1ª SEMANA

Pretendo, com estas simples notas, levar às queridas irmãs e irmãos da América Latina um pouco do que vivemos e sentimos durante a primeira semana dos trabalhos sinodais. Estamos experimentando uma verdadeira experiência de catolicidade junto ao Papa João Paulo II, neste tempo de graça que o Espírito Santo nos oferece.

Encontramo-nos como presença de vida religiosa latino-americana, um bom número de bispos, religiosas e religiosos do México, da Colômbia, de Cuba, da Argentina, da Venezuela e do Brasil. Somos oito auditores e auditoras que representamos com a mente e o coração o imenso número de religiosas e religiosos do Continente da Esperança que nos acompanham com seu apoio, seu carinho e suas expectativas. Tentarei organizar algumas informações procurando responder às perguntas que seguramente estão presentes em cada religiosa e religioso diante de um acontecimento desta natureza.

a) Quem participa do Sínodo?

O Sínodo é presidido pelo Santo Padre João Paulo II e pelo Secretário Geral Jan Schotte cism, de origem belga. Há três presidentes delegados que são os cardeais Eduardo Martinez Somalo, prefeito da Sagrada Congregação para os Institutos de Vida Consagrada; John O'Connor, arcebispo de Nova York, e Edward Clandy, arcebispo de Sidney, Austrália. Por sua parte o beneditino Basil Hume, cardeal-arcebispo

de Westminster e primaz católico da Inglaterra é o relator geral; o secretário especial, o superior geral dos Oblatos de Maria Imaculada, Marcello Zago; secretários adjuntos John Johnston, superior geral de La Salle e Emilia Erhlich, religiosa ursulina da União Romana. Na lista dos participantes observam-se:

- 24 cardeais presidentes de diferentes Dicastérios romanos
 - 13 representantes das Igrejas de rito oriental
 - 147 bispos eleitos pelas conferências episcopais (36 da África, 45 da América e Caribe, 22 da Ásia, 41 da Europa e 3 da Oceania)
 - 10 superiores gerais eleitos pela União de Superiores Gerais
 - 47 nomeados diretamente pelo Papa
 - 51 auditoras
 - 24 auditores
 - 8 representantes de outras Igrejas (6 homens e 2 mulheres)
- tudo em um total de 322 participantes aproximadamente.

b) Onde nos reunimos?

A Aula Sinodal, que se encontra no próprio Vaticano, é um espaço muito amplo e bem equipado próximo à Aula Paulo VI, local de audiências públicas do Papa. Ocupamos toda a sala em que cada participante tem seu lugar marcado, com fones individuais. À frente, na mesa presidencial, encontra-se o Papa, os presidentes e Secretários; no plenário, os primeiros lugares são ocupados pelos cardeais e bispos, seguidos em ordem alfabética pelos demais participantes. Na parte inferior da sala estão localizados os serviços de te-

telefone, fax, livraria, banco, sala para café. Pode-se dizer que o ambiente é muito confortável.

c) Que se pode dizer da organização geral?

Parece que tudo foi preparado nos mínimos detalhes. Facilmente se obtém toda a informação que se deseja. Na sala sinodal há um grande número de religiosos que se encarregam de distribuir o material, as comunicações individuais, e dos contatos entre a Secretaria e os participantes. Diariamente se distribui um Boletim com as principais informações. Quanto ao horário trabalha-se das 9 às 12h30, com um intervalo para o café; de tarde vai-se das 17 às 19 horas. A língua oficial é o latim, ainda que haja traduções simultâneas em espanhol, italiano, francês, inglês e alemão.

A dinâmica dos trabalhos se baseia em plenários e pequenos grupos. A presença do Papa é constante, salvo nas quartas-feiras quando tem audiência pública. Todos temos direito à palavra, devendo inscrever-nos, e as intervenções não devem passar de oito minutos para os membros que são delegados e de seis minutos para os auditores e auditoras, que se expressam em sua própria língua.

O serviço de informação e de divulgação do que se passa no Sínodo se faz normalmente pelos organismos do Vaticano. O *Osservatore Romano* publica diariamente uma relação dos trabalhos sinodais.

d) Desenvolvimento dos Trabalhos

Todos os participantes recebemos um folheto com as indicações gerais para cada um, método de trabalho, atribuições e competências de cada categoria de participantes. Ao início de cada sessão se indicam as atividades do dia, que começa com a oração do Ofício, presidida pelo próprio Papa, que a encerra com o Angelus. Muitas ve-

zes o Papa dirige uma palavra de estímulo à Assembléia Sinodal no final dos trabalhos da tarde.

Durante a primeira semana a principal atividade do Sínodo foi a intervenção dos participantes, bastante numerosa cada dia. Até agora falaram 138 participantes, revelando as múltiplas faces da Igreja através dos diversos países e continentes, o que nos mostra um panorama verdadeiramente universal, plural, em suas expressões mais profundas. É um privilégio e uma bênção.

Existem também os espaços para intervenções mais longas, de quinze minutos, chamadas "Auditio". Até o momento compartilhamos as realidades da vida consagrada em Cuba, dos Institutos Seculares, dos religiosos não-clérigos, da vida Contemplativa, das Virgens Consagradas, da vida Consagrada nos países pós-comunistas, da vida religiosa e a Evangelização, a Vida Religiosa e as novas Igrejas. Muitas línguas, muitos rostos, muitas vidas, tudo formando um conjunto que revela a unidade que não é uniformidade mas manifesta grande liberdade de Espírito que continua atuando e recriando as coisas.

No dia 5 de outubro tivemos um primeiro encontro com os pequenos grupos de trabalho. Somos 26 grupos, formados por 20 ou 25 participantes, organizados por línguas comuns. Cada grupo está composto por cardeais, bispos, auditores. As mulheres estamos distribuídas de maneira equitativa. Neste primeiro encontro foram eleitos os coordenadores, e tudo indica que nestes grupos menores haverá maior possibilidade de conhecimento e aprofundamento dos temas.

e) Notas mais relevantes desta primeira semana

Ouvindo as expressões de várias pessoas que já participaram de outros sínodos, pode-se dizer que esta primeira sema-

na foi muito rica e cheia de esperanças. Pequenos detalhes negativos ficam irrelevantes no conjunto. Observou-se e viveu-se um clima de escuta, de respeito, de acolhida e aceitação das diferenças e sentimos a força do Espírito Santo. Dentre os aspectos positivos podemos destacar os seguintes: a maior parte das intervenções valorizam a Vida Religiosa; há respeito por pontos de vista diferentes; o testemunho da Vida Consagrada nos países de minoria cristã; relações humanas excelentes entre os participantes; flexibilidade dos bispos; clima de discernimento e animação; acento do fundamento teológico da Vida Consagrada e particularmente do carisma; valorização do que É a vida consagrada e não tanto o que FAZ; experiência eclesial de ecumenismo; presença da maioria de bispos religiosos; impulso para continuar a renovação da Vida Religiosa; presença constante do Papa e seu desejo de estar com todos/as durante os momentos livres, convidando um grupo cada dia para as refeições.

Nas intervenções os temas mais acentuados são:

- desenvolvimento histórico da vida consagrada
- relação entre Igreja local e VC, carismas e desejo de diálogo e discernimento
- a não insistência em aspectos legais
- necessidade de inculturação em todos os aspectos
- unidade fundamental entre consagração e missão
- formação, vida em comunidade e fraternidade
- identidade e papel dos religiosos leigos
- lugar e função da mulher na Igreja
- acento sobre o SER da vida consagrada e não sobre o FAZER

f) A modo de conclusão

Desde a Eucaristia de abertura celebrada pelo Papa na manhã do dia 2 de outubro, fomos convocados a fazer do Sínodo

um lugar de participação generosa, com critérios e discernimento, para que deste modo a palavra que nos convoca, nos reúne e nos sustenta, nos fortifique em nossos desejos de servir. A abertura do Sínodo às diversas expressões de vida consagrada é um sinal dos tempos, uma necessidade dos povos do Mundo, um chamado dos pobres e desvalidos, mas é também um novo pentecostes para a Igreja e manifestação do Reino. Com Maria, nossa mãe, prosseguimos nosso caminhar neste mês de outubro. Agradecemos as orações que nos sustentam, o apoio e a fraternidade de todos e todas as religiosas e religiosos da América Latina.

Ir. Ilza Ribeiro (Presidente da CLAR)

2. SEGUNDA SEMANA SOCIAL BRASILEIRA

Descrição

De 24 a 29 de julho de 1994 foi realizada, no Centro de Treinamento Educacional, nas proximidades de Brasília, a Segunda Semana Social Brasileira, promovida pela CNBB, em torno do tema BRASIL — ALTERNATIVAS E PROTAGONISTAS.

Estiveram presentes 378 pessoas, vindas de todos os Estados do Brasil. Desde sua apresentação artística por Regiões e até o fim dos trabalhos da Semana, todos puderam se sentir protagonistas, percebendo assim como todos são chamados ao exercício consciente e constante da cidadania.

Foram dias de intenso trabalho, marcados pela convivência, pelo diálogo, pela fé, pelo respeito mútuo e pela alegria de buscar juntos as saídas para alcançar o BRASIL QUE A GENTE QUER.

Em vista disso, foram aprofundados especialmente quatro grandes temas, que já vinham sendo estudados na longa preparação que precedeu à realização dessa semana: o Desenvolvimento Econômico, o Estado Democrático, a Cidadania versus Dominação Política e Cultural, e os Sujeitos e Valores Emergentes.

Os quatro temas foram confrontados com a realidade diferente das cinco grandes regiões do Brasil, ressaltando-se a peculiaridade e a diversidade de cada uma delas e a importância de serem assim consideradas no conjunto do país.

Em dois momentos especiais todo o Brasil teve conhecimento das preocupações dos participantes: o debate com os presidentiáveis no dia 28 e a conclusão da Semana, na Praça dos Três Poderes em Brasília, onde foi feita a ORAÇÃO PELO BRASIL QUE NÓS QUEREMOS.

Objetivos

Desde a sua preparação, iniciada no ano de 1992, a Semana Social quis ser um convite aberto a toda a sociedade, para buscar saídas viáveis e globais para o Brasil. Na consciência de que esta é uma tarefa que precisa empenhar a todos os brasileiros, a Semana se propôs ajuda, incentivando a busca solidária de idéias e possibilidades de projetos capazes de enfrentar os problemas sociais, econômicos e políticos do Brasil, para chegar a uma sociedade justa e fraterna, na qual todos possam viver com dignidade, e não haja excluídos.

A superação da exclusão social, que vem se agravando no Brasil, foi a preocupação constante da Semana. E foi muito forte a constatação de que para isso é necessário que todos se guiem por valores éticos, que devem sempre inspirar e conduzir as pessoas e as instituições. Em primeiro lugar o valor de todos como pessoas, vistos aos olhos da fé na dignidade de fi-

lhos de Deus chamados a viver como irmãos e irmãs; o valor da vida humana, a serviço da qual tudo deve estar colocado; a justiça que não admite privilégios; a solidariedade que não permite a opressão e a exclusão.

Para encontrar e partilhar esses valores é fundamental a atitude de diálogo, que a Semana quis praticar em sua preparação e realização e agora propõe para ser continuado. Desta maneira se torna possível superar posições radicais e proporcionar um clima mais favorável à compreensão e colaboração de todos.

Realizada às vésperas das eleições, a Semana assinala a esperança de que a campanha política seja uma oportunidade para o povo brasileiro debater seus problemas e expressar sua vontade pelo voto, para continuar exercendo sua responsabilidade política pelo exercício atento da cidadania em todos os momentos.

O processo

A proposta, de todo o processo da Semana Social, de buscar alternativas, acreditando que o povo pode se tornar o protagonista de sua realização, ajudou a reanimar as esperanças, superando a decepção e o pessimismo. O povo brasileiro está disposto a assumir saídas sérias e viáveis para o país.

As Semanas Regionais mostraram como é válido o processo de envolvimento progressivo, feito com diálogo, com respeito à pluralidade, possibilitando um relacionamento aberto na sociedade, para superar os difíceis problemas que precisam ser enfrentados: a exclusão social, a fome, a miséria, a falta de saúde, de trabalho e de moradia.

A realização da Semana Nacional intensificou este processo, que agora vai continuar. Cada um dos participantes leva da Semana a grande riqueza partilhada

nesses dias. As contribuições serão recolhidas e colocadas à disposição de toda a sociedade brasileira.

Os temas

Nos quatro assuntos centrais foi dada ênfase aos seguintes pontos:

Sobre o desenvolvimento econômico

O atual modelo socioeconômico apresenta grandes problemas sociais: concentração de propriedade, economia informal, distorções da tributação, não atendimento do mercado interno, tecnologias defasadas. Isto exige a busca de um novo modelo, com a mística que o sustente, fundada na solidariedade, construído na prática social e política do povo e no reconhecimento das iniciativas populares que estão gestando um novo projeto de desenvolvimento.

Esse processo se baseia numa premissa fundamental: a sociedade deve estar organizada tendo como centro a pessoa humana e a vida.

Ele supõe a mudança das estruturas, que deve vir acompanhada de mudanças nas mentes e corações.

Sobre o Estado Democrático

A construção de um Estado democrático no Brasil exige:

— A superação da “concentração política”, pela publicização e descentralização do aparelho estatal.

— A consolidação e ampliação do exercício da cidadania, em especial da participação popular na gestão pública.

— A criação de espaços públicos não estatais, que se constituam como verdadeiros espaços solidários.

Sobre a Cidadania

— Não se pode falar em cidadania sem se concretizar o acesso à terra, à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, enfim, aos direitos sociais básicos garantidos na Constituição Brasileira.

— É preciso enfrentar a dominação política em dois níveis: no âmbito do Estado e no âmbito do cotidiano. No primeiro caso, trata-se de garantir o direito à participação política, de decisão e gestão popular, democratizando o Estado e a Informação; no segundo, de transformar as relações cotidianas, garantindo a realização das pessoas em sua diferença e singularidade.

Sobre os Sujeitos e Valores Emergentes

Os sujeitos populares emergentes se estabelecem abertos ao diálogo e desejosos do novo. Nas relações e nos conflitos se fazem construtores de sua história, na busca incansável de superação dos limites que impedem a plenitude de vida.

Os valores emergentes provocam um novo comportamento na história dos sujeitos, que vai fermentando a aceitação do diferente e germinando uma sociedade pluriétnica e cultural e uma nova ordem política e social.

Conclusão

Terminada a Semana, os participantes desejam levar para o Brasil inteiro suas renovadas esperanças e sua decisão de colaborar na construção de um país economicamente justo, socialmente equitativo e solidário, politicamente democrático e culturalmente plural. A Oração na Praça dos Três Poderes, com a invocação da bênção de Deus para todo o Brasil, os anima na continuidade do mesmo processo que a todos envolveu na preparação e realização da Segunda Semana Social Brasileira.

3. SEMINÁRIO DO GRIMPO (RECIFE)

“ONDE A VIDA ESTÁ MAIS AMEAÇADA”

Sabemos que a criação toda geme e sofre dores de parto até agora. E não somente ela, mas também nós... gememos no íntimo, esperando a libertação (Rom 8,22-23)

Iluminados por esta Palavra desafiadora, nos reunimos em Recife de 12 a 17 de agosto 1994, para tratar de “*Ecologia e V.R. Inserida, onde a vida está mais ameaçada*”. Somos 59 pessoas de 54 Congregações, membros dos grupos de religiosas inseridas nos meios populares existentes em todo o Brasil. Nesse seminário, compartilhando nossas realidades, nos angustiamos com a grandeza e agudeza de seus desafios.

Constatamos que toda a vida do planeta está ameaçada. Diante disso, nós, mulheres e homens, estamos desafiados a rever nosso jeito de ser e viver, enquanto testemunhas de Deus da vida. Temos consciência de que a resolução de problemas dessa gravidade requer uma ação conjunta que articule a participação de todo o povo, principalmente organismos competentes, isto é, aqueles criados para o bem comum e os que pregam a favor da vida.

Objetivando a ação eficaz, decidimos:

a) Aprofundar a consciência ecológica a partir do cotidiano pessoal, comunitário, de GRIMPO e outros grupos e pessoas afins.

b) Criar nova forma de relacionamento com todos os seres que leve à vida e ao crescimento do Reino.

c) Formar lideranças na VR e populares, objetivando despertar para uma nova frente à vida ameaçada no cosmo. Levar a todas o conhecimento das leis já existentes

em defesa do meio ambiente e a imediata aplicação delas.

d) Criar outros mecanismos de defesa da vida, tendo em vista o grande problema de fome em nosso país e os 32 milhões de excluídos de nossa sociedade.

e) Promover a educação ambiental através de práticas acessíveis como a reciclagem de lixo.

f) Apoiar e ajudar na organização de famílias sem terra e sem moradia, considerando a questão ambiental.

g) Integrar a luta pelo saneamento básico a outras lutas e acompanhar, atentos ao grito da realidade.

“Sonho que se sonha só pode ser pura ilusão, sonho que se sonha juntos é sinal de solução.” Então vamos sonhar juntos, em mutirão, e por isso contamos com a sua participação, apoio e colaboração.

4. PROCURAM-SE: TRÊS PROFESSORES PARA MOÇAMBIQUE

O Jesuit Refugee Service está à procura de três professores com experiência no Ensino Secundário e com noções de Educação a Distância para os seus centros de Ensino Secundário em lugares afastados nas províncias de Tete, Zambézia e Niassa em **MOÇAMBIQUE**.

O falecido padre geral dos Jesuítas, o p. Pedro Arrupe, sensibilizou os Jesuítas para que eles estivessem presentes no meio de refugiados. Formaram-se assim grupos de Jesuítas, leigos e religiosos e religiosas de outras congregações que estão presentes nos campos de Refugiados no Camboja, Malásia, Libéria, Sudão, Zâmbia e também na Europa. Advogados defendem os direitos dos refugiados, outros dedicam-se ao trabalho pastoral, outros organizam um en-

sino adaptado às condições em que os refugiados vivem e assim por diante.

O Jesuit Refugee Service começou com o ensino aberto para os refugiados no Malawi no ano de 1992. O MOLU — Mozambican Open Learning Unit= Ensino Secundário Aberto para os Moçambicanos — planejou organizar o ensino secundário através de uma rede de centros, nos campos dos refugiados, utilizando os programas vigentes em Moçambique. Um milhão de refugiados estava alojado em campos que se situavam ao longo da fronteira moçambicana. Dadas as circunstâncias em que viviam os refugiados, era realmente impossível o recurso a um ensino secundário convencional: faltavam os professores formados e os alunos estavam numa região vasta e não tinham meios de transporte. Por tal razão o MOLU optou por um ensino baseado nos princípios da Educação à distância e aberto, combinado com um ensino direto nos momentos importantes, tal como o início de um curso e a preparação para o exame final de curso.

Três tutores em cada centro de refugiados acompanhavam os alunos nos seus estudos. Na Educação à Distância, o verdadeiro professor do aluno é o manual, elaborado de maneira que o aluno seja capaz de estudar a matéria sozinho. O manual é acompanhado por um guia. O tutor, em teoria, deveria só ajudar o aluno quando surgissem dificuldades. Mas, na prática, os tutores gostam de explicar a matéria e tentam dar aulas, do que os alunos também gostam. Três vezes por ano, os tutores reúnem-se para um seminário de dez dias em que recebem formação e treinamento.

O MOLU está à procura de três professores brasileiros, preferencialmente de uma

congregação religiosa, masculina ou feminina, com experiência no Ensino Secundário, capazes de acompanhar estes monitores, de organizar os centros e de redigir manuais e testes para Educação à Distância.

Habilitações profissionais:

- ter formação universitária (Português ou Matemática ou Ciências).
- dominar a língua portuguesa
- ter experiência no ensino secundário
- saber trabalhar com computador

Habilitações pessoais:

- sólida vivência cristã
- capacidade de trabalho em equipe
- ser capaz de viver em condições pobres

Condições de Trabalho:

- o compromisso se faz por um ano, podendo ser renovado
- viagem, seguro e hospedagem pagos pelo Jesuit Refugee Service
- módico salário mensal

Os interessados podem entrar em contato com:

MARI LUT MATA – PUC/RIO
Departamento de Educação
Rua Marquês de São Vicente, 225
Rio de Janeiro – RJ
Tel: (021) 529-9316 ou

P. FRANÇOIS CHANTERIE sj
P.O. Box 51473 – LIMBE – MALAWI
FAX: 00.265.650.008

PALAVRA DO PAPA

CARTA ÀS FAMÍLIAS – V

Os pais são educados através de outros pais, os filhos através dos filhos. Cria-se assim uma peculiar tradição educadora, cuja força lhe vem do caráter de Igreja doméstica, que é próprio da família.

A EDUCAÇÃO

16. *Em que consiste a educação?* Para responder a esta questão, há que recordar duas verdades fundamentais: a primeira é que o homem é chamado a viver na verdade e no amor; a segunda é que cada homem realiza-se através do dom sincero de si. Isso vale tanto para quem educa, como para quem é educado. Assim, a educação constitui um processo singular, no qual a recíproca comunhão das pessoas aparece impregnada de grande significado. *O educador* é uma pessoa que “gera” em sentido espiritual. Nesta perspectiva, a educação pode ser considerada um verdadeiro e próprio apostolado. É uma comunicação vital, que não só constrói uma relação profunda entre educador e educando, mas fá-los ambos participar na verdade e no amor, meta final à qual cada homem é chamado por Deus Pai, Filho e Espírito Santo.

A paternidade e a maternidade supõem a coexistência e a interação de sujeitos autônomos. Isso é particularmente evidente na mãe, quando concebe um novo ser humano. Os primeiros meses da sua presença no ventre materno criam um laço especial, que já reveste seu valor educativo. Já durante o período pré-natal, *a mãe estrutura não apenas o organismo do filho, mas indiretamente toda a sua humanidade*. Mesmo se se trata de um processo que se orienta da mãe para o filho, não se esqueça a influência específica que o nascituro exerce sobre a mãe. Nessa *influência recíproca*, que se manifestará externamente após o nascimento da criança, o pai não toma parte diretamente. Porém, ele deve empenhar-se responsabilmente a prestar a sua solicitude e apoio durante a gravidez e, se possível, também no momento do parto.

Para a “civilização do amor”, é essencial que o homem sinta a maternidade da mulher, sua esposa, como um dom: isso, de fato, influi imenso no processo educativo inteiro. Muito depende da sua disponibilidade para tomar parte de forma adequada nesta primeira fase do dom da humanidade, e deixar-se envolver como marido e pai na maternidade da mulher.

A educação é, assim, sobretudo uma “oferta” de humanidade por parte de ambos os pais: estes comunicam juntos a sua humanidade madura ao recém-nascido, o qual, por sua vez, lhes dá a novidade e o frescor da humanidade que traz consigo ao mundo. Isso verifica-se também no

B
I
C
H
E
B
L
E
>
E
C
C

caso de crianças afetadas por deficiências psíquicas ou físicas: neste caso a sua situação pode desenvolver uma força educativa muito particular.

Com razão, pois pergunta a Igreja durante o rito do matrimônio: "Estais dispostos a receber amorosamente da mão de Deus os filhos e a educá-los segundo a lei de Cristo e da Igreja?". O amor conjugal exprime-se na educação como verdadeiro amor de pais. A "comunhão de pessoas", que ao início da família se manifesta como amor conjugal, completa-se e aperfeiçoa-se quando se estende aos filhos com a educação. A potencial riqueza, constituída de cada homem que nasce e cresce na família, deve ser responsabilmente assumida de modo que não degenera nem se dissipe, mas, ao contrário, se realize numa humanidade cada vez mais madura. Também esse é um dinamismo de reciprocidade, no qual os pais-educadores são, por sua vez, em certa medida educados. Mestres de humanidade dos próprios filhos, também a aprendem deles. Aqui emerge com destaque *a estrutura orgânica da família* e revela-se o sentido fundamental do quarto mandamento.

O "nós" dos pais, do marido e da esposa, desenvolve-se, por meio da educação, no "nós" da família, que se enxerta sobre as gerações precedentes e se abre a um gradual alargamento. A esse respeito, desempenham um papel singular, por um lado, os pais dos pais e, por outro, os filhos dos filhos.

Se os pais, ao darem a vida, tomam parte na obra criadora de Deus, pela educação tornam-se *participantes da sua pedagogia conjuntamente paterna e materna*. A paternidade divina, segundo S. Paulo, constitui o modelo originário de toda a paternidade e maternidade no cosmo (cf. Ef 3, 14-15), especialmente da maternidade e paternidade humana. Sobre a pedagogia divina nos instruiu plenamente o Ver-

bo eterno do Pai que, ao encarnar-se, revelou ao homem a verdadeira e integral dimensão da sua vocação: a filiação divina. E revelou assim também qual é o verdadeiro significado da educação do homem. *Por meio de Cristo*, toda a educação, na família e fora dela, *é inserida na dimensão salvífica da pedagogia divina*, que se dirige aos homens e às famílias e culmina no mistério pascal da morte e ressurreição do Senhor. Daqui, do "coração" da nossa redenção, parte todo o processo de educação cristã que, ao mesmo tempo, é sempre educação para a plena humanidade.

Os pais são os primeiros e principais educadores dos próprios filhos e têm também neste campo uma *competência fundamental: são educadores porque pais*. Eles partilham a sua missão educadora com outras pessoas e instituições, tais como a Igreja e o Estado; toda a vida, isso deve verificar-se sempre na correta aplicação do *princípio da subsidiaridade*. Este implica a legitimidade e mesmo o ônus de oferecer uma ajuda aos pais, mas encontra no direito prevalecente deles e nas suas efetivas possibilidades o seu limite intrínseco e intransponível. O princípio da subsidiaridade põe-se, assim, ao serviço do amor dos pais, indo ao encontro do bem do núcleo familiar. Na verdade, os pais não são capazes de satisfazer por si sós a todas as exigências do processo educativo inteiro, especialmente no que toca à instrução e ao amplo setor da sociabilização. A subsidiaridade completa assim o amor paterno e materno, confirmando o seu caráter fundamental, porque qualquer outro participante no processo educativo não pode operar senão *em nome dos pais, com seu consenso* e, em certa medida, até mesmo *por seu encargo*.

O itinerário educativo conduz à fase da *auto-educação*, que se atinge quando, graças a um adequado nível de maturidade psicofísica, o homem começa e *"educar-se por si só"*. A auto-educação supera, com

o passar do tempo, as metas anteriormente alcançadas no processo educativo, no qual, todavia, continua a mergulhar as suas raízes. O adolescente encontra novas pessoas e novos ambientes, em particular os professores e os companheiros de escola, os quais exercem sobre a sua vida um influxo que pode revelar-se educador ou o contrário. Nessa etapa, ele distancia-se, em certa medida, da educação recebida em família, assumindo por vezes uma atitude crítica no confronto dos pais. Apesar de tudo, porém, o processo de auto-educação não pode deixar de estar marcado pelo influxo educativo exercido pela família e pela escola sobre a criança e o adolescente. Mesmo quando se transforma e se encaminha pela sua própria estrada, o jovem continua a permanecer intimamente ligado com as suas *raízes existenciais*.

Nesse horizonte, delineia-se de um modo novo o significado do quarto mandamento: "*Honra o teu pai e a tua mãe*" (Ex 20,12); ele permanece ligado organicamente com todo o processo de educação. A paternidade e maternidade, dado primeiro e fundamental no *dom da humanidade*, abrem perante os pais e os filhos novas e mais profundas perspectivas. Gerar segundo a carne significa dar início a uma posterior "geração", gradual e complexa, através do inteiro processo educativo. O mandamento do Decálogo exige ao filho que honre o pai e a mãe. Mas, como atrás se disse, o mesmo mandamento impõe aos pais um dever, em certo sentido, "simétrico". Também eles devem "honrar" os próprios filhos, tanto pequenos como grandes, e tal atitude é indispensável ao longo de todo o percurso educativo, inclusive o escolar. O "*princípio de prestar a honra*", ou seja, o reconhecimento e o respeito do homem como homem, é a condição fundamental de todo o autêntico processo educativo.

No âmbito da educação, a Igreja tem um papel específico a desempenhar. À luz

da tradição e do magistério conciliar, pode-se justamente dizer que não é questão apenas de *confiar à Igreja* a educação religiosa e moral da pessoa, mas de promover todo o processo educativo da pessoa "*juntamente com*" a Igreja. A família é chamada a cumprir a sua tarefa educativa *em Igreja*, participando assim na vida e missão eclesial. A Igreja deseja educar sobretudo *através da família*, para isso habilitada pelo sacramento do matrimônio com a "graça de estado" que dele se obtém e o específico "carisma" que é próprio da inteira comunidade familiar.

Um dos campos em que a família é insubstituível é certamente o da *educação religiosa*, graças à qual a família cresce como "igreja doméstica". A educação religiosa e a catequese dos filhos colocam a família no âmbito da Igreja como um verdadeiro *sujeito de evangelização e de apostolado*. Trata-se de um direito intimamente conexo com o *princípio da liberdade religiosa*. As famílias e, mais em concreto, os pais têm a faculdade de livremente escolher para os seus filhos um determinado modelo de educação religiosa e moral segundo as próprias convicções. Mas ainda quando eles confiam tais obrigações a instituições eclesiais ou a escolas geridas por pessoal religioso, é necessário que a sua presença educativa continue a ser *constante e ativa*.

Tampouco se há de descurar, no contexto da educação, a questão essencial da *opção vocacional* e, nela, particularmente a *preparação para a vida matrimonial*. Notáveis são os esforços e as iniciativas realizados pela Igreja a favor da preparação para o matrimônio, por exemplo, sob a forma de cursos organizados para os noivos. Tudo isso é válido e necessário. Mas não se deve esquecer que a preparação para a futura vida de casal é sobretudo *tarefa da família*. Certamente, só as famílias espiritualmente maduras podem enfrentar de modo adequado tal compromisso. E

por isso, há que sublinhar a exigência de uma particular *solidariedade entre as famílias*, que se pode exprimir através de diversas formas organizadas, como as associações de famílias para bem das famílias. A instituição familiar consolida-se com tal solidariedade, que aproxima entre si não apenas as várias pessoas, mas também as comunidades, empenhando-as a rezar juntas e a buscar, com o contributo de todos, as respostas às perguntas essenciais que a vida faz. Não é esta uma forma preciosa de *apostolado das famílias* entre si? É importante que as famílias procurem construir entre si vínculos de solidariedade. Isso, para além do mais, consente-lhes prestarem uns aos outros um serviço educativo: os pais são educados através de outros pais, os filhos através dos filhos. Cria-se assim uma peculiar tradição educadora, cuja força lhe vem do carácter de “igreja doméstica”, que é próprio da família.

O *evangelho do amor* é a fonte inexaurível de tudo quanto se nutre a família humana como “comunhão de pessoas”. No

amor, encontra apoio e sentido definitivo todo processo educativo, como fruto maduro da recíproca doação dos pais. Mediante as canseiras, os sofrimentos e as desilusões, que acompanham a educação da pessoa, o amor não cessa de estar sujeito a uma contínua avaliação. Para superar esse exame, requer-se um manancial de força espiritual que se encontra apenas n’Aquele que “amou até o fim” (Jo 13,1). Assim, *a educação situa-se plenamente no horizonte da “civilização do amor”*; desta depende e, em grande medida, contribui para a sua construção.

A assídua e confiante oração da Igreja, durante o Ano da Família, é oferecida *pela educação do homem*, para que as famílias perseverem no compromisso educativo com coragem, confiança e esperança não obstante as dificuldades às vezes tão graves que parecem insuperáveis. A Igreja reza para que vençam as forças da “civilização do amor”, que jorram da fonte do amor de Deus; forças que a Igreja emprega sem descanso em benefício da inteira família humana.

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO DISCERNIMENTO VOCACIONAL

Pe. Dalton Barros de Almeida CSSR
Juiz de Fora/MG

A vocação é um dom, parte do dom da vida, que promove o viver da pessoa e seu crescimento, confere unidade e qualidade a seu existir e requer fidelidade a uma causa.

I. NOTAS PRELIMINARES

Agradeço a confiança de me terem considerado um "expert"... em humanidade, para este Congresso. Na esteira de Santo Afonso Maria de Ligório, patrono na igreja universal dos formadores de consciência, servir à Igreja é herança sagrada. Sou um redentorista buscando ampliar a rica tradição afonsiana sobre discernimento vocacional.

O tema que me cabe não é simples e a matéria é extensa. Fiz, então, a opção de apresentar-lhes um percurso através de selecionadas dimensões, atento aos objetivos deste I Congresso Continental e ao que ouvi nestes dias aqui como inquietação e demanda. O esquema que apresento se assenta em duas buscas que são, ao mesmo tempo, duas certezas de trabalho:

1º — A partir de certa visão das Ciências do Homem (antropologia, história, sociologia, filosofia) e tendo a psicologia (religiosa) como matriz desta interdis-

ciplinaridade é possível propor uma articulação para compreender o processo vocacional e oferecer ao Discernimento das vocações, hoje, um referencial cheio de desdobramentos.

2º — A integração da Pastoral Juvenil com a promoção das vocações é substancial para o Discernimento na medida em que a PJ apresenta a proposta da formação humana e cristã aos jovens (= vocação primordial), levando-os a se tornar pessoas cristãs e a se comprometer com um projeto de vida que inclui todos os aspectos de sua personalidade, portanto inclui sua definição vocacional.

Esses dois pressupostos me levam ainda a deixar, de início, aclaradas as relações entre Fé e Vocação, como eu as entendo.

1. Assim como a personalidade é algo que se desenvolve e se edifica, que amadurece e se plenifica, que se reorganiza, que tem seus tempos e suas crises, igualmente a vocação é um arranjo existencial do indivíduo, faz parte de sua subjetivação e constantemente o desafia.

2. A vocação é um dom divino que nos chega simultaneamente como fato de cultura e matriz geradora de nossa intersubjetividade e se torna orientação de vida e requer cultivo.

3. A vocação se entranha em nosso ser como Desejo de Sentido. Esse entranhamento se anuncia nas inquietudes e dificuldades de nosso viver, se extravasa nas

peripécias para a edificação de nossa personalidade.

4. A vocação, assim percebida enquanto orientação de vida e inscrita no território psíquico, requer elaborações. Supõe processo evolutivo, etapas. Avanços e recuos. A vocação é tramada na dialética do Desejo e da Lei, bem como na rede das circunstâncias econômico-políticas, socio-culturais, socioeclesiais. Tem frente e verso. Apresenta, como um tapete, o desenho e seu avesso. Há que se captar os fios com que a tece e o desenho que a anima.

Portanto, apreende-se a Vocação como um eixo da história da pessoa e faz parte da História. A pessoa e suas circunstâncias. Implica, deste modo, real sensibilidade a tudo o que acontece dentro e ao redor de nós. É o núcleo de nossa afetividade, ou seja, núcleo de nossa maneira de nos ligar às coisas, pessoas, realidades. Define nossos vínculos. Daí que nossos vínculos apontam para nossas reais motivações. Onde está nosso coração aí está o nosso tesouro, dizia Jesus.

Importa sempre discernir a vocação como eixo na história de alguém ou apenas como um dado transitório, momento circunstancial.

5. Um mesmo dinamismo desejoso rege tanto a nossa vida relacional quanto a nossa vida de fé, espiritual. Fé e Vida!

6. A vocação e a fé põem à prova o Desejo, a fim de que ele se vá convertendo, na radicalidade, ao Outro, ao diferente. Em nosso caso, ao Deus totalmente Outro, desconcertante e novo, presença-ausência.

Um desejo vocacional estruturalmente narcisista vive dos ídolos que cria para seu uso. A autenticidade do Desejo vocacional se revela na quebra dos ídolos nos quais nos aprisionamos. Esses ídolos se escondem em nossas idealizações e nas múltiplas ingenuidades nas quais apostamos com certa dose de entusiasmo. A autenticidade

do Desejo vocacional se alcança então com a ruptura desses enganos. Ausentes do Deus vivo, ausentes de nós. Presentes a nós, presentes a Deus, o totalmente Outro.

II. PREPARAÇÃO DOS AGENTES DA PASTORAL VOCACIONAL

Este Congresso fala-me de nosso comum desejo de uma Igreja comprometida com a nova evangelização, mas também ansiosa de perceber melhor o que está acontecendo e vislumbrar modos eficazes de acompanhamento vocacional. O que se evidencia na programação de tantas e tantas experiências aqui partilhadas. É como se estivéssemos também a nos dizer, uns aos outros, que neste momento da história de nossas igrejas algo se nos escapa no tocante às vocações.

Os tempos são de aceleradas mutações. Nossos países evoluem tecnologicamente e ajustam as microrrealidades aos mecanismos internacionais de comércio. O povo padece e aumenta a massa dos excluídos. A juventude de nossos países nos interpela inusitadamente, e os vocacionáveis, vezes sem conta, nos deixam perplexos. Nós os observamos generosos, sonhadores, cheios de novidade. E, no entanto, bastante contraditórios em seus comportamentos. Aos jovens, moças e rapazes, parece faltar-lhes a capacidade humana de solidão-solidiez-solidariedade perseverantes, condições por nós avaliadas como básicas. E assim, de alguma maneira perplexos, estamos nós à procura e diante dos vocacionáveis também à procura.

Convém atentar para esta realidade de PROCURA. Deixo com vocês dois blocos de perguntas.

A- Quem somos nós que estamos a procurar vocacionáveis?

Que **identificações** estabelecemos com eles para acolhê-los, acompanhá-los, selecioná-los, escolhê-los?

Como é **nossa liderança**?

B- **Quem** nós procuramos? **Quem** nos procura? Por quais razões procura? Quem possui o **conjunto satisfatório de condições** para assumir sua resposta vocacional à procura e ao chamado?

Essas indagações relançam atenção redobrada na constituição e preparação da Equipe de Pastoral Vocacional. Uma formação que se aprofunda e se revisa. Jamais pode ser improvisada. É fácil constatar disparidade acentuada entre o que propõem os documentos tanto da igreja universal como das igrejas particulares e o que se passa, de fato, com boa parte das equipes de PV. Essa disparidade revela discrepâncias acentuadas normalmente no uso de critérios para acolher ou não vocacionáveis. Desenvolve-se raramente o senso de observação e avaliação dos candidatos em sua evolução vocacional. Falta clareza conceitual e classificatória quanto aos critérios que contra-indicam um candidato, e são sinais de ausência de um chamado autêntico e, quanto aos critérios que são sinais a favor de um chamado que pode se tornar uma vocação. São muito deficientes, igualmente, os modos de se operacionalizar tais critérios. Na rotina dos trabalhos, os objetivos da PV passam a ser interpretados à luz do senso comum dos agentes e das alianças defensivas entre agentes da PV e os vocacionáveis. Acabam os objetivos sendo redefinidos na prática, e os critérios reelaborados a favor de uma cumplicidade nada saudável. Muitos agentes nem atuam em equipe e muitas equipes estão desprovidas de qualificação formal ou até mesmo informal que lhes possibilite realizar, com um pouco mais de segurança e competência, a missão que lhes é atribuída. Interpretam a seu modo o "quadro do vacacionável" e resolvem a seu

modo a quem procurar desconsiderar, a quem dispensar/proteger, o que anunciar/omitir. É desta maneira, bem medíocre e nada santa, que o código teológico-pastoral de uma PV fica não só comprometido como posto de lado.

À equipe de Pastoral Vocacional é bom lembrar a velha sabedoria popular: os semelhantes se procuram. Vale, ainda, uma singela evocação lingüístico-semântica: PROCURA E PRÓ-CURA.

III. QUEM SÃO ESSES JOVENS VOCACIONÁVEIS HOJE?

Apresentamos alguns traços sumários. Certamente não caracterizam as variações que existem em nosso universo continental. Mas, quem sabe, ajudam a percepção mais acurada de padrões comportamentais e de variantes da personalidade. Em vista do discernimento vocacional, é claro.

1. Há novos códigos de consciência de si e de relacionamento e esses novos códigos trazem a marca reivindicatória de subjetividade e de igualdade. Os jovens se apresentam, pois, como mutantes e acentuam uma oposição entre os planos ideal e real.

2. Coexistem na mente e no coração dos jovens mapas diversos com orientações e traçados de vida nem sempre conciliáveis.

Assim como convivemos com o fogão a lenha e o forno de microondas, os jovens vivem uma sobreposição de valores antigos e novos, o que resulta na existência de uma multiplicidade de mapas de orientação, identidades e normas. Há conflitos e contradições. Daí apresentarem eles, mais freqüentemente do que se espera, um eu multifacetado e fragmentado, ávido de satisfações imediatas, avesso à solidão do ser

B
I
C
H
E
E
T
O
O
O

530
c
o
n
v
e
r
s
ã
o
é
n
c
i
a

peçoal e sem confiança para fazer escolhas e sem solidez para levar adiante projetos de fôlego. Em todos os casos apresenta um EU inflacionado. Faltando-lhes uma coerente unidade interior, vivem em descontinuidade com o melhor deles mesmos.

3. Curioso componente do processo de subjetivação (individuação) de muitos jovens, hoje, é sua urgência de afirmar a própria singularidade e de encontrar um ponto de referência fixo e claro que gere segurança.

Desse processo, porém, emerge uma forte tensão quando se trata de assumir compromisso com este ponto de referência fixo e claro. O jovem se sente ameaçado, preso, tolhido, "um sufoco", exposto a maior sofrimento, que logo, logo ativa seu estilo vitimário, atuando como um ser mal-amado, abandonado. O que o leva ora a desistir ora a ir pelo caminho que aparente sucesso. Dificilmente faz auto-crítica e se empenha numa melhor elaboração de si mesmo.

4. Uma maioria dos vocacionáveis vem apresentando em sua estrutura de personalidade a prevalência do pólo narcisista. Um narcisismo com os seguintes matizes: elevada procura por novidades; intolerância à rotina de um cotidiano regulador do tempo. Impaciência e volubilidade, agindo sob impressões formadas rapidamente. Preferência do falar sobre o escutar. Tendência a gastos. Dependência elevada de recompensas e gratificações, o que o torna vulnerável na convivência ao se conformar com pressões do meio ambiente.

5. É patente a dificuldade na elaboração das perdas. É-lhes dolorosa a condição de renunciar, fazer renúncias. Têm medos. Temem ficar sozinhos na luta. As feridas no narcisismo essencial fá-los fugir de compromissos e adiar decisões. Medo do cansaço, da rotina, da saturação. Em dadas circunstâncias, nada parece ser suficientemente forte e importante para fazer o su-

jeito abrir mão do imediato que satisfaz, do prazer de estar sempre levando vantagens. Parece não existir uma promessa futura que faça o sujeito renunciar a...

Estou me referindo, obviamente, aos jovens que se agrupam e com os quais lida a PV. Esse perfil lhes pertence. Os traços são aqueles que problematizam algumas situações desafiadoras para o discernimento vocacional.

IV. PONTOS DE APOIO PARA UMA PASTORAL VOCACIONAL

1º PONTO DE APOIO: A vocação de ser pessoa.

Todo ser humano está chamado a ser sujeito e a realizar a si mesmo como pessoa. Esse processo de realização é, por sua natureza, criativo, transformador e gestador de humanidade. A personalidade é exatamente o poder de expressão que nós temos através de nossas possibilidades, de nossos sinais, de nossos sistemas de referência, de nossa corporeidade. É a nossa identidade, a nossa marca, a maneira nossa de estarmos presentes no mundo.

Essa vocação primeira é a base para o discernimento de vocações específicas. O que requer da PV, desde sua fase de animação e acompanhamento inicial, que ela se torne uma ajuda para o rapaz e a moça. O rapaz e a moça recebam ajuda para ir alcançando um encontro reconciliador e unificado consigo mesmos, processo que se confunde com a auto-aceitação. Aceitação entendida como abertura e acolhida do dom da vida, como empenho e exigência de realização das próprias potencialidades.

Ajudar o(a) jovem a se constituir, conhecendo-se. E o(a) jovem se conhece e se reconhece não tanto pelo conteúdo que coloca dentro de si, mas pela capacidade

de perguntar, questionar, dispor-se, buscar, abrir-se, relacionar-se. Conhecer-se na intersubjetividade, no encontro com a alteridade. É nessa disposição para o diferente (o outro, o mundo, Deus) que se constitui a instância intermediária de um desejo vocacional, caracterizado como gerando coesão e síntese, sem destituir o humano de sua condição básica de um ser exposto, que corre riscos, que se aventura.

Oxalá cada jovem que passe pela PV e pelas Casas de Formação possa dizer sempre: — **eu me busquei, eu fui caçador de mim, eu construí minha interioridade na perspectiva cristã. Aprendi a viver.**

Vale ainda ressaltar que a Subjetividade como Desejo inclui a interioridade como desejo. E a manutenção da subjetividade e da interioridade passa pela manutenção do Desejo e o enfrentamento dos desejos, como a pessoa de Jesus tão bem realiza e simboliza. O Desejo e a Lei se confrontando.

Digamos que, metaforicamente, está presente em nós a criança. Equivale a dizer: está presente em nós aquele tipo de funcionamento predominante nos primeiros anos de nossa infância, aquele recurso primeiro que instaura em nossa interioridade o sonho do ainda não acontecido, e se perpetua em nossas vidas pelas vias do Desejo. O Desejo jamais pode ser perdido. Sem desejos somos arremedos de vida, mal-arranjados, mal-amados, um menor abandonado, de vez. A criança que em nós persiste grita pela qualidade de nosso modo de sermos humanos, grita pela articulação do Desejo na perspectiva de uma vocação autêntica.

Daí, em nossa tradição espiritual, a súplica e a peleja incessantes pela perseverança. Perseverar também na renovação de nossos arranjos existenciais, **recriando-nos** para que nenhum de nós, vocacionados a florescer como gente, viva uma existência falsamente exitosa.

2º PONTO DE APOIO:

Um acompanhamento e uma formação vocacional inculturada (cfr. Stº Domingo nº 243).

A título de exemplo, transcrevo da cartilha brasileira **VOCAÇÃO AO SOM DOS ATABAQUES**, o perfil ideal de um vocacionado negro.

1. Sua vocação é despertada a partir de uma profunda experiência de Deus como Libertador e da realidade do seu povo (Ex 3,7-10).

2. Vivência de uma experiência concreta de solidariedade na comunidade negra onde mora.

3. Tem profunda identidade com o programa vocacional de Jesus, resumido em Lc 4,16-21.

4. Faz um grande esforço para aprofundar o estudo da história do seu povo negro, comparando-a com a história da Bíblia (Ex 4,18-32).

5. Percebe e admira os sinais da presença de Deus nos mártires e heróis do povo negro. Exemplos: Zumbi dos Palmares, Padre Jósimo etc.

6. Participa de grupos de reflexão sobre a questão do negro, ou levanta este assunto nos espaços onde atua: escola, Igreja, família etc.

7. É bem entrosado com pessoas negras (não as evita) e procura ser uma presença esclarecedora e amiga.

8. Relaciona-se com pessoas de outras etnias, sabendo dar a sua contribuição, enquanto jovem, negro e cristão, não se sentindo inferiorizado, nem perdendo a sua identidade.

9. Estuda, compreende e respeita o candomblé e demais religiões de origem afro, sabendo distinguir o que elas têm de negativo e de positivo. Não reproduz a

discriminação e marginalização imposta pela sociedade contra estas religiões.

10. Procura ser fiel ao sopro do Espírito que o chama para construir o novo: vive a sua vocação não perdendo a sua cultura.

11. Sente orgulho de pertencer ao povo negro; resgata a estética negra no vestir, nos cortes de cabelo etc.

12. Tem consciência de que o Reino de Deus não será pleno no meio de nós enquanto cada cultura não der sua real contribuição para a concretização deste reino.

3º PONTO DE APOIO: Um novo olhar sobre o que seja a evolução juvenil hoje. Até na PV vamos correndo o risco de juvenilizar a Vida, idealizando o "ser jovem". Como etapa de vida a juventude deve ser passagem.

Um esquema indicativo:

A. Primeira adolescência:

16-18 anos, aproximadamente.
Transformação da própria imagem corporal.
Questões de identidade. A pessoa superinveste em si mesma todo seu cabedal. Fase narcisista forte.

B. Adolescência estruturante:

18-20 anos, aproximadamente.
Reorganização do próprio EU.
Identificação da própria vida emocional, chance de lidar consigo de maneira transparente. Situa-se como sujeito na convivência, gostando de ser reconhecido e aceito pelos demais.

C. Crise juvenil:

20-22 anos, aproximadamente.
Período intenso de orientação do desejo pessoal, bem outra coisa que a

satisfação imediata de suas necessidades.

Encantamento com as próprias possibilidades.

D. Pós-adolescência:

22-24 anos, aproximadamente.
Reconhece-se sendo alguém.
Busca relações abertas.
Sonha longe. Compromete-se.
Período complexo. Na cultura hoje, por toda parte, pode-se constatar, na evolução juvenil, uma dominante narcisista, muito explorada pelo sistema de consumo. Igualmente inflada por determinados estilos educativos. A Pastoral Vocacional precisa aprender a lidar com tais realidades, sem ingenuidade.

Em relação a um possível processo vocacional, pode ser uma boa leitura facilitadora do discernimento considerar que o (a) jovem:

a) Vive o momento presente em função do seu passado.

— Aprenda-se a rever a própria história e lê-la como história de salvação. Resgatar referências. Curar feridas. Reconciliar-se com as origens.

— Ressentimentos, mágoas, estilo depressivo, motivações irrealistas... são algumas comuns expressões de um passado reprimido que perturba, desqualifica e produz a mesmice repetitiva de condutas e comportamentos inadequados.

• O discernimento incide aqui como:

Deus chamando a uma novidade de vida.

b) vive o momento presente sob o signo do futuro.

— Sem futuro antevisto, esperado, projetado vai prevalecer na vida do jovem a insignificância, o vazio, o descompromisso. Aqui se abre a brecha para todo modelo de drogadicção.

— Peleja entre eu-ideal e eu-real. O ideal-do-eu exerce uma função de auto-estima. Entre o eu e o ideal-do-eu há uma distância. O ideal-do-eu é um herdeiro do narcisismo básico ou primário. Um instrumento de crescimento. Mas se o ideal-do-eu se confunde com o eu, o(a) jovem vive de ingenuidades e se serve de mecanismos falsamente exitosos.

O espaço ou a distância que separa o ideal-do-eu e o eu é o lugar propício da subjetividade, da cultura, da educação.

• O discernimento incide aqui como:

Deus chamando a pessoa a se unificar e a transcender.

c) **Vive o momento presente como um aqui e agora**, na tríplice problematização de seus desejos:

1. **Desejo de autonomia e sua relação com a repartição do poder.**

— Custa ao(à) jovem desaprender a dependência de seu anterior modo de vida. É partejando a si próprio que alguém logra tornar-se autônomo. É neste partejamento que a ação educativa atua e ajuda para que a autonomia seja também nova abertura aos outros, à diferença. Autonomia solidária. E como é novo descobrir-se autônomo e saber-se amado por Deus, Senhor da Vida!

— O desejo de autonomia e sua conquista expõem com acuidade a questão do poder: ser capaz de; permissão para. Aqui surgem, para quase todos, os circuitos do medo: medo forte de se rebelar e não ser mais amado. Medo de se modificar e perder a estima. Medo de se expressar, medo da autoridade, medo da pobreza. Medo de se arriscar em um grande e belo sonho.

— É no embalo da autonomia a ser conquistada que o adolescente vai renascer para a consciência ética.

2. **Desejo de um Eu consolidado e sua relação com os modelos de referência.**

— A crise básica é a identidade e sua concreta versão de identidade sexual: ser quem como homem ou mulher, sendo como?

— Inicia-se a identificação possível com um projeto de vida, mais pessoal, personalizado.

— Há riscos de distorções: um falso eu; auto-imagem desfocada pela baixa auto-estima, pelo medo da inferioridade. Há máscaras. Avaliar bem as ambivalências de conduta, as posturas incongruentes, as rejeições agressivas. É tempo de mudanças, reviravoltas, alternâncias.

— Neste caminho, a vinculação identificadora com a pessoa de Jesus é paradigmática para a Fé e uma vocação possível.

3. **Desejo de novos objetos de amor e sua vinculação com a maturação sexual.**

— Este desejo é o motor dos dois anteriores (autonomia, eu consolidado). Um desejo que torna a vida mais intensa ao alcance da mão deixa o jovem sonhador, embora o ponha com os pés-no-chão, ser deveras uma moça ou um rapaz decidindo sobre si mesma(o).

— A maturação sexual carrega o desejo de se assumir como sujeito-homem desejoso ou sujeito-mulher desejosa e indica a direção de novos vínculos. Este desejo visa ao desejo do outro sexo que, encontrado, conduz a pessoa a assumir a confiança em si própria.

— Levanto aqui, sem abordá-la, a grave questão do homossexualismo e suas implicações desastrosas nas Casas de Formação. Parece-me que a Pastoral Vocacional perdeu seus critérios e faz de conta que

tudo corre normalmente. Por que será? Que deveras vem ocorrendo? Quem acolhe quem? Quem corre atrás de quem? Quem procura quem?

Com esta tríplice problematização dos desejos, o(a) jovem precisará de ser ajudado(a) no aprendizado das perdas. Ninguém é artesão de um encontro unificador consigo mesmo sem a arte de viver as perdas. Quem não aprende a perder não cresce, não evolui. Perder a infância, perder a ilusão de uma eterna juventude, perder a onipotência de todos os possíveis. Ser homem e não mulher (e vice-versa); ser homem (ou mulher) desta maneira e não daquela, sendo assim como (vocação) e não segundo aquela outra alternativa. As perdas são consequência de escolhas e decisões. Exigem luto. Há defesas internas contra as perdas: depressão, ansiedade, indiferença emotiva, compulsividade para cuidar dos outros. É provável que certa juventude hoje padeça muito com as perdas... e até mesmo nem consiga realizá-las.

4º PONTO DE APOIO: Na adolescência o processo vocacional vai de par com uma educação da fé.

A **FÉ** seja aqui entendida como uma palavra de amor, resposta amorosa, que se compromete pois se escolhe e se acolhe; palavra que aceita o Outro e a ele se entrega.

A criança possui aptidão inata para a linguagem. Mas só pode desenvolvê-la pela transmissão da língua pátria, materna. Esta transmissão supõe uma colaboração constante entre a recepção da linguagem e a atividade lingüística de aprendiz.

Esse modelo da linguagem que a criança aprende descreve bem o que pretendo aqui acentuar. Cada ser humano possui a capacidade de crer: sua inteligência e sua afetividade são receptivas a Deus. Mas ninguém chega à fé por si mesmo. Dom, a

dinâmica de crer ocorre graças à interação entre a recepção dos sinais e dos testemunhos da fé, e a vivência religiosa pessoal e o engajamento nesta mesma fé. Interessante constatar que a adolescência traz uma crise de linguagem e uma crise de fé.

Educar a fé: favorecer a inteligência da Fé e dar conta da atividade de crer. O adolescente busca, questiona, duvida. Há que se educar sua fé dirigindo-se à sua inteligência e ao seu coração, dirigindo-se ao adolescente que se ocupa com suas próprias questões vitais e as confronta com o Amor divino e sua mensagem. Cuide-se da motivação objetiva da fé e das motivações subjetivas.

À medida que a Fé se educa, se aprofunda a espiritualidade e se alimenta a mística. Só assim o(a) jovem intensifica um saber experiencial sobre o mistério amoroso de Deus, urdido de encontros celebrativos com o mistério de Jesus Cristo redentor.

Sem esta Fé educada devidamente fica absolutamente irreal e irresponsável falar de uma vocação específica e querer operar sobre ela um discernimento.

O discernimento incide, portanto, também sobre os caminhos de Fé do vocacionado. Sem a experiência da Fé, qualquer vocação estará sendo construída sobre a areia.

A formação de Fé se faz acompanhar da formação da consciência, do senso social e ético. Um dos melhores indícios, no caso, de uma boa vinculação vocacional é dar-se conta de como o vocacionado aprende a assumir compromissos e cumpri-los, responsabilizando-se por suas ações, sem culpar ninguém. Solidarizando-se sempre que possível. E prosseguindo caminho, amorosamente.

Para a formação da consciência há que se levar em consideração a existência ou não de uma **memória agradecida**, usando

esta expressão que traduz com rara pertinência as exigências que Santo Afonso faz para uma consciência bem formada, fiel e livre.

A memória exerce incrível papel em nossa personalidade. Entre tantos papéis, este de arquivo dos registros (ordens de vida) vividos que nos governam e (des)orientam. Não há melhorias ou mudanças ou conversão que não seja melhoria, mudança ou conversão da memória. E na formação de uma sã consciência a memória agradecida é base.

A consciência se embola quando a memória se constitui em depósito de rancores e ressentimentos, amarguras; essas recordações, desintegradoras pela hostilidade que carregam, fecham a pessoa. Quando não a adoecem, e ruinosamente.

Um vocacionado doente em sua memória, ressentido com sua história pessoal e familiar, rancoroso com o mundo que o rodeia (ainda que no disfarce da generosidade e no amor aos pobres!), também será adoentado na mente, no coração e na consciência. Torna-se obstinado e obtuso. A vocação mais se assemelha a uma defesa contra a renovação da própria vida pessoal que compromisso de fidelidade ao Deus da Vida e suas exigências de conversão, de serviço libertador para um estilo de comunhão e solidariedade.

Há que se propiciar aos vocacionáveis uma leitura redentora do próprio passado, ajudando-os a romper com seus laços neurotizantes, a curar-se das imagens negativas de si bem como das imagens aureoladas de si mesmo. Curar-se além disso, se for o caso, das imagens enraizadas nas situações traumáticas de sua história de vida.

A memória como lugar santo do louvor reconhecido pelo amor curador de Deus (que pode muito bem ter de passar por uma cura psicoterápica ou por uma relação de ajuda especializada) sustenta a consciên-

cia saudável e santa de sermos filhos no Filho. Apenas uma consciência que se forma nessa direção pode registrar em sua memória um chamado que se constitua em autêntica vocação que nos envia para a luta e a festa.

V. FÉ, PERSONALIDADE E VOCAÇÃO

Um dos difíceis componentes do Discernimento Vocacional é a relação entre fé e personalidade (Cfr. A. Vergote; A. Vasquez; C. van Balen).

Evocações para a reflexão:

1. Quando a base inconsciente da personalidade está comprometida, ficam comprometidos o crer, o esperar e o amar.

2. Um relacionamento inautêntico consigo mesmo e com a realidade desemboca numa vivência religiosa contaminada por desvios perturbadores.

3. Uma possível autêntica experiência religiosa não preserva ninguém de comportamentos psicologicamente doentios.

4. Toda atitude religiosa traz as marcas da história individual da pessoa.

5. Todo esforço em desenvolver harmoniosamente a personalidade está relacionado com a salvação, a vocação básica do ser humano, e beneficia uma vivência religiosa.

Em nosso continente uma parcela muito significativa de rapazes e moças vocacionáveis são pessoas duramente batidas pela vida. Nossa fé e a Pastoral Vocacional, na certa, transmitem-lhes esta boa notícia que liberta e salva: nada há em nós que não possa ser exposto à luz do dia da consciência; nada que não possa ser redimido; nada que seja inacessível à força curadora do amor redentor de Jesus e de sua bênção ressuscitadora. Pura graça. Beleza pura!

Mas nem por isso devemos deixar de advertir à Pastoral Vocacional: mesmo sendo possível a qualquer situação humana a superabundância da Redenção, não segue que qualquer personalidade redimida suporta uma vocação à vida consagrada ou ministerial.

Cabe também ao Discernimento Vocacional desmistificar uma fé descentrada da pessoa e espiritualizante. Há sempre que se avaliar a relação de autenticidade entre pessoa-fé-vocação.

É oportuno, ainda, evocar agora a situação do vocacionável que apresenta como sinal de sua vocação uma "identidade ocupacional" que satisfaz ou entusiasma a um primeiro olhar.

É da essência do Discernimento verificar como a pessoa é capaz de concretizar em atitudes de vida sua vocação desejada. De modo muito curioso (quem sabe, até ardiloso!) parece se ter enraizado entre vocacionados, e até mesmo entre Formadores, a certeza (raramente posta em suspeição) de que a pastoral deva ser o lugar primordial da veracidade de uma vocação. Quem soubesse se ocupar das coisas religiosas, coisas da evangelização dos outros, estaria por este mesmo fato demonstrando seu crescimento vocacional ou confirmando sua verdade mais profunda: — não há engano; é por aqui mesmo que passa a vocação deste (ou desta) jovem.

Esta dimensão vocacional tão necessária de experimentar os papéis afins a uma vocação (= identidade ocupacional) carrega boa dose de ambigüidade. Se falta por completo, alerta para um dado relevante. Se existe, ainda carece de discernimento. A Pastoral tem se revelado, para muitos, um bom lugar do poder no disfarce de ser dedicação-zelo-generosidade. Por isso mesmo, nada garante que ao se ocupar este lugar de poder (= pastoral) se esteja vivendo os valores adequados.

Há aqueles que se sintonizam com rapidez com a **identidade ocupacional** e se dão muito bem nos afazeres pastorais, embora criando um contraste entre esta capacitação profissional bem desenvolvida (animação da comunidade, contato com o povo, serviço junto aos pobres, presidência do culto etc.) e a incapacidade de se (a)firmarem pessoalmente, sendo. O fazer é aprendido e gostado; o ser de onde brotariam a força e os significados verazes deste atuar fica posto à margem, camuflado, sem cultivo. A pessoa se rege por suas necessidades, por suas demandas de gratificação, pelo brilho de seus talentos. Uma tal situação só pode revelar, pouco a pouco, as inconsistências da pessoa. Então, há que se discernir estas motivações pragmáticas, comumente inconscientes e, por isso, compulsivas até certo ponto. Tanto mais difícil este discernimento pelo fato de que as atuações não são dissonantes e nem parecem prejudicar a escolha, a decisão e a própria vocação.

O empenho, portanto, pelo crescimento da personalidade do vocacionado é valor de referência para o Discernimento. Leve-se em consideração que a pessoa só alcança ser una e livre na medida em que se pertence e se potencia através de uma síntese, boa o bastante, vive sua própria profundidade, respeita seu subsolo psíquico e espiritual, familiarizada com seus sentimentos, seus valores, suas fragilidades e empenhada no esforço de uma constante superação. Quem não aumenta sua prontidão para se modificar vai ampliando o campo para as inconsistências de seu ser.

VI. NA EXPLÍCITA DEMANDA VOCACIONAL

HÁ UMA MOTIVAÇÃO SUBJACENTE

Não me refiro a um dado apenas teórico. Uma observação seguida e sistemática

nestes últimos doze anos, acompanhando vocacionáveis, me permite expressar a psico-lógica que vem se mostrando presente, motivacionalmente, no processo inicial destas vocações (possíveis).

A motivação básica que nutre o psiquismo do vocacionado e o impulsiona para fazer uma demanda vocacional (= entrar para uma Casa de Formação especializada) pode ser assim formulada:

Busca-se um poder ser significativamente.

Estão em jogo os dinamismos dos vínculos (= ligação. Ligado a...) que a pessoa deseja como nutrientes de seu ser e como expressões do melhor dela mesma.

Esta motivação vocacional básica, inicial, cria o vínculo estruturante do modo de a pessoa ser, sentir e pensar, agir. Toda a afetividade do(a) jovem leva esse colorido e se torna uma forma de captação do mundo e do lugar que ela sonha ocupar nele. Pode-se dizer que como componente motivacional de base se encontra a **auto-realização da pessoa como sujeito desejoso de exercer um real poder de significação para os outros e diante dos outros.**

Esta dinâmica de um **poder ser significativamente** cria uma sensibilidade alérgica a qualquer forma de vida que traga ou pareça trazer:

— enrijecimento para o dia-a-dia da convivência nas instituições eclesiais;

— constrangimentos ou limitações no campo das ocupações em relação à Missão à qual a pessoa se dedica;

— exigências de “sacrifícios de si”, no sentido de se temer a opressão e haver um parafusamento de sua subjetividade.

Tal motivação básica e sua conseqüente sensibilidade alérgica é vivida e está na trama da história pessoal de cada voca-

cionado. Esta motivação e esta alergia tanto se prestam a ser força de uma personalidade livre como é caldo de cultura para os piores auto-enganos numa equivocada trajetória vocacional.

Enxergo dois encaminhamentos necessários:

a) Uma experiência fundante de Deus aliada a uma vida espiritual feita de discernimentos, conversões e entrega renovada ao Mistério de Deus, totalmente outro, Senhor de nossas vidas, em cujas mãos nascem nossos destinos e nelas se sustentam.

b) Uma orientação vocacional clínica que trabalha o vínculo básico reparador e abre perspectivas saudáveis de evolução, favorecendo uma experiência vocacional mais capaz de se tornar autêntica.

VII. SELEÇÃO DE CANDIDATOS COMO DISCERNIMENTO DO VÍNCULO

VOCACIONAL DE BASE

Enquanto o indivíduo não atinge as condições básicas do amadurecimento humano e sua dinâmica permanece oscilante entre a dispersão e uma boa organização integrada da personalidade é temário orientar, de modo já bem definido, as decisões pessoais para os valores mais exigentes e tão exclusivos de uma vocação ministerial ou de uma vocação à vida consagrada.

Toda vocação, na dinâmica interna nossa (psiquismo), transita pela área das vinculações. Essas são de natureza ambígua, e o discernimento inicial da vinculação vocacional diz respeito ao campo do psiquismo da pessoa que está se vinculando e com quais finalidades. Questões da motivação!

Então, a pergunta pertinente que o Discernimento faz é:

Que busca o EU, quanto à estrutura de si mesmo, ao se desejar sujeito-objeto de um chamado para vincular-se a esta maneira de ser na vida como freira-frei, mãe-padre, missionário-missionária? Que busca o EU nessa etapa da vida desse vocacionado?

Minha experiência atesta que *quando os métodos e os dados de uma estratégia clínica sobre orientação* forem conhecidos e incorporados à prática de seleção de candidatos a seminários ou às casas de Formação de Religiosos(as), os responsáveis ganharão um outro quadro de referência facilitador do discernimento e do cultivo da vocação.

Os jovens, por seu lado, se beneficiarão com a experiência de uma escolha resultante de uma decisão inicial mais bem aclarada e mais personalizada. E isso, porque esta modalidade de Orientação Vocacional implica uma ajuda que facilita ao interessado perceber seus modos de vinculação com os objetivos da escolha, ou seja, com a pretendida vocação.

Proponho a descoberta da Orientação vocacional clínica como um bom instrumento para ajudar no discernimento. Um instrumento que ajuda a desfazer nós vocacionais inconsistentes, na base, uma vez que nenhuma vocação para ser verdadeira pode significar o cumprimento de um roteiro de vida previamente estabelecido na lógica do psiquismo como sendo a única saída para a vida (Cfr. Afetividade e Vida Religiosa — CRB 1990 pgs. 117-160).

VIII. VOCAÇÕES TARDIAS

Diferenciar as tardias das “Vocações adultas”! Das situações vocacionalmente tardias é que vamos tratar.

A terminologia “adulto(a)” parece sugerir uma meta alcançada, um status de-

finido. Ser “adulto” apontaria um ideal de maturidade integrada. Entretanto, no discernimento vocacional, estamos a deparar com pessoas que passaram pelo marco de certos acontecimentos peculiares e nem por isso mostram-se adultos.

Ter uma profissão ou viver de seu trabalho, ter ocupado cargos de responsabilidade ou até mesmo ter passado por escolhas (namoro, noivado, relações sexuais) não são em si, e necessariamente, signos de mudanças estruturais do ponto de vista da saúde psíquica. Ter defrontado com e experimentado tais situações de vida não conferiram à pessoa aquele status de maturidade.

Freqüentemente, ao contrário, observo em tais circunstâncias que a demanda vocacional nem sempre se pauta por motivações autênticas, pois os candidatos, uma vez mais, se apresentam identificados com valores que não são genuinamente seus; uma vez mais parecem buscar uma realidade de empréstimo e estão tremendamente embaraçados, de fato, com o adulto que pretenderiam ser. Numa proximidade maior com esse suposto adulto, verificam-se quantas tendências infantizadas se abrigam em seu discurso de aparência madura e como estão predeterminados por seus arcaísmos, quais “menores abandonados”. Para essas pessoas, a vocação parece ser sobretudo um novo modo de abandonar o passado (qual!?), utilizar-se de amnésia, e assim, de novo, abandonar o “menor” que existe no fundo deles mesmos. Sem dele cuidar.

À Pastoral Vocacional cabe ajudar essas pessoas, discernir com elas a vocação básica do ser humano e do cristão. Mas, acaso, podem os seminários e as casas de formação para a Vida Consagrada tornarem-se abrigo ou lugar especializado para o retorno no tempo e possível começo de um novo início? Pró-cura = procura. A experiência parece demonstrar tanto o in-

sucesso de tais expectativas como o descalabro de se ter levado adiante tais supostas vocações.

IX. A LÓGICA DA DESPERSONALIZAÇÃO

Muitas e boas vocações têm surgido dos meios populares. *Deo gratias*. Mas há um outro lado da questão que avalio necessário apresentar. São vocacionáveis também oriundos dos meios populares. Acontece que em relação a eles (elas) há quem venha fazendo sistematicamente vista grossa a seu favor, sob pretexto de serem pessoas de classes oprimidas e argumentam com as exigências em favor da vocação humana para a auto-realização. Até aqui, ótimo. Agora, pretender que se possa alimentar ilusões vocacionais específicas em jovens cuja estrutura de personalidade esteja comprometida por distúrbios e transtornos que alteram a saudabilidade da pessoa e suas reais chances de uma boa evolução dentro da especificidade vocacional a que desejam se consagrar, é faltar com a Verdade. Por isso mesmo, com o discernimento.

A falta de clarividência ou coerência neste particular só tem adiado soluções inevitáveis, tornando-as mais dolorosas, ou causado muito sofrimento ao povo de Deus, muito dissabor à hierarquia.

Ao mencionar "distúrbios e transtornos" não me refiro ao elenco de situações psíquico-relacionais que contra-indicam a existência de uma verdade vocacional, elenco encontrável em bons manuais sobre discernimento. Estou trazendo ao conhecimento da Pastoral Vocacional algo bem caracterizado: **A Lógica da despersonalização.**

Esta psico-lógica da despersonalização se mostra de modo eminente no somatório da personalidade que vai sendo edificada a partir das experiências de expropriação dos

direitos de ser, de ter segurança, de ser bem cuidado, de morar, educar-se e trabalhar. Não é nada fácil conhecer como esses indivíduos tornam-se humanos sob condições desumanas de existência, ou seja, como se constituem sociopsicologicamente, sob condições tão adversas de vida.

Analisando globalmente, tais candidatos ou candidatas apresentam um modo de pensar muito concreto, com dificuldade de abstração e de simbolização. Afetivamente podem apresentar um apego e uma docilidade reforçados ou um acentuado desapego e frieza aparente.

Acrescente-se, em inúmeros casos, a baixa de auto-estima, de autoconfiança e de autonomia levando a pessoa a se empenhar na edificação de uma identidade melancólica e afiliativa. Mas os há também agressivos, sempre relutantes a prestar ajuda espontânea, hostis a qualquer figura de referência no imediato de suas relações.

Uns e outros, habitados pela **lógica da despersonalização**, apresentam desafetos, negligências, inconstâncias, agressividade, ciúmes, vivendo fantasias ora em estilo persecutório ora em modalidade sadomasoquista.

Vivem lançando SOS aos orientadores que desejam como pessoas fortes, amorosas e confiantes, mas não conseguindo, deveras, se deixar ajudar. Sabotam tudo, inclusive a si mesmas. Mas, curiosamente, acabam chegando até muito longe no processo de Formação, talvez exatamente por seus comportamentos de autopiedade que sensibilizam equivocadamente o seu grupo de vida.

Muito sofrimento seria poupado ao povo-de-Deus, muitos dissabores seriam evitados aos Educadores e ao grupo de convivência dos formandos(as), alguns escândalos seriam prevenidos, se os responsáveis houvessem levado a sério esta "lógica da despersonalização", tendo-a como critério para o discernimento. Ela é

também muitas vezes encontrada em pessoas com tendências para a homossexualidade.

X. CONCEITUANDO A PSICODINÂMICA DA VOCAÇÃO HOJE

Todos somos concordes que há, para nossa Igreja, uma questão de linguagem, de formulação, de incomunicabilidade com a sensibilidade atual das pessoas. Dos jovens, em particular. A Pastoral Vocacional poderia ser tentada a abraçar simplesmente uma linguagem de mercado, procura-oferta: slogans, clips, superficialidade, omissão do essencial. Sucesso.

Uma linguagem autêntica e sensível ao mundo hoje supõe e inclui uma antropologia cultural, adequada ao mistério humano-divino de nossa fé encarnada e redentora. Nesta perspectiva, talvez se torne proveitoso intentar, agora, conceituar a vocação, levando em conta boa parte dos dados apresentados neste suscinto percurso que fomos percorrendo. Vejamos.

1. Vocação como projeto existencial.

A Vocação seria o ato de o indivíduo buscar afirmar a sua existência pessoal através de uma prática de vida que o realiza. Esta prática provém de uma causa assumida. Mostra quem o EU é. Afirma um EU-sujeito fiel às suas possibilidades, no caso consagradas e dedicadas à causa (= ideal); fiel auto-expressão do quanto se é capaz. A vocação expande o ser real da pessoa, criativamente; contribui com sua originalidade e com a causa assumida.

Em concebendo assim, a vocação há de ser lida e interpretada em sua dinâmica intrapsíquica usando-se a categoria do Desejo. Só um **sujeito desejante** pode consagrar sua liberdade a uma causa sem

deixar de ser ele mesmo. Em última instância, o desejo compõe-se com a estruturação do eu, figuração afetiva de si próprio e de suas vinculações com o mundo e os outros. Por isso, faz suas escolhas e vive alegremente com elas.

Em sendo assim, a vocação passa a ser (ou é!) constitutiva do sujeito como pessoa, realizando-se, sendo o que aceitou ser e escolheu ser: como religioso(a), como presbítero.

2. Vocação como paixão.

Paixão. Seja o termo entendido devidamente: o sujeito é desejoso (mente-corção-vontade) de afetar a realidade, transformar a figuração do mundo. Ninguém se engaja em um projeto vital sem direcionar seu universo afetivo ao se sensibilizar por uma causa que, em verdade, é o próprio indivíduo e sua existência. Uma aposta.

Tenho para mim que muitos vocacionáveis hoje temem o projeto vocacional. A Vocação não como função mas como projeto existencial amedronta rapazes e moças. Será mesmo que eles temem o projeto? Não me parece. O projeto os seduz. A Pastoral Vocacional até consegue mostrar a sedução do projeto em si. Afinal, é questão de mostrar o próprio Deus e seu bem querer sobre o mundo e para cada um de nós. Isso fascina, entusiasmo, provoca adesões. O que, a meu ver, amedronta rapazes e moças é o próprio eu deles. Têm medo de si mesmos. Temem a abertura de seu ser que o projeto requer. Temem a manifestação da própria potência e impotência; temem o reconhecimento de seus limites e ilimites. Temem a disponibilidade de si para uma continuada consciência de um projeto que não se conclui, que prossegue... segue a vida toda. Eles e elas têm medo, muito, da diferença que faz em deixar-se tomar por tal paixão. Temem a solidão, decorrente desta diferenciação em que entram, diante de seus coetâneos, uma di-

ferenciação que ressoa agudamente como risco, alto risco, de cair na insignificância e viver a vida sem significação para o agora do mundo.

3. Motivação reguladora.

Na cultura em que vivemos, de alguma forma, somos todos mutantes. O desafio da vocação apreendida como projeto existencial está em que, discernida, ela pede ao sujeito uma reapropriação constante e a pessoa se vê lançada, sempre, na reatualização de seu próprio existir. O que leva o vocacionado a ter de articular uma **motivação reguladora** para seu projeto existencial, pois não pode ficar nem à deriva dos ventos ocasionais nem dependente de condições externas. O que deveras motiva é o querer viver sendo padre, religioso(a). O Desejo. Algo que vem de dentro, na força do Espírito que nos habita. Por isso, a pessoa se faça acompanhar das condições que a sustentam. Nenhum projeto existencial vocacional pode ser rígido, fechado, pronto, exato, concluído. Supõe que o sujeito acredite na sua própria significação, em nome de Deus que chama e acompanha, sabendo manter o espaço vivencial que acolhe as inexatidões, as imprevisibilidades, ocasionais infidelidades, mas que não toma como razão de viver certas razões que contradizem claramente a lógica da causa assumida, do engajamento.

4. A psicodinâmica da vocação.

Resumindo, a vocação é proclamada como:

- a.) dom feito à pessoa; parte do dom da vida;
- b.) que promove o viver da pessoa e seu crescimento;
- c.) que confere unidade e qualidade a seu existir (= minha vida tem sentido!)
- d.) e requer fidelidade a uma causa.

A vocação, assim percebida, faz aliança com a identidade da pessoa, alarga o seu ser e o aprofunda, tirando-a da fragmentação e do anonimato, pede fidelidade à causa como sendo fidelidade a si mesma.

Portanto, deverão fazer parte do discernimento vocacional as disposições e aptidões do vocacionado para criar e cultivar a **motivação reguladora** do próprio projeto existencial, fazendo-o se acompanhar das condições que o sustentem.

Ao tomar um conceito de vocação como este, a Pastoral Vocacional se revisaria todinha para não ser tão fragmentária, unilateral ou dualista em suas propostas. Com isso, o discernimento vocacional amplia suas chances de efetivar-se como um processo de descoberta-busca-acolhida-confirmação-renovação... mantendo-se aberto à realidade pela emoção da alegria, cortados os medos de ser infeliz. Sem medo de ser feliz ao abraçar a causa redentora de Jesus.

XI. CONCLUSÃO

A juventude, hoje, de nossos países desafia nossa Pastoral Vocacional. Quer uma vocação que seja também cultivo da subjetividade, trazendo o gosto de ser pessoa, sujeito, alguém, postulando liberdade e autonomia, acolhendo uma fé, transmitida por testemunho e vivida como experiência própria e não apenas ou sobretudo como conhecimento teórico. Uma vocação que não seja alienação em nenhuma de suas dimensões.

Nós latino-americanos, e com nossa opção preferencial pelos pobres, podemos ser o continente da esperança. Nossos caminhos de vida inserida são o lugar, sobretudo para a vida consagrada, onde esta recusa de alienação melhor se tem manifestado. Aleluias. Mas, ambivalentemente, é este mesmo lugar que se torna para várias pes-

soas o lugar onde se opera a fuga de si mesmas, fazendo fracassar o centro unificador do místico e do político, a própria alma refeita em Deus e em seu mistério se alimentando para o melhor serviço aos irmãos, como louvor à Ressurreição de Jesus.

A redenção libertadora não é só para os outros, principalmente os pobres. Nada substitui, aos olhos do Senhor nosso Deus, em ocasião alguma, uma vida pessoal autêntica. É essencialmente na personalidade de cada ministro ordenado, de cada religiosa e religioso que podemos verificar se sua piedade e seu zelo são creíveis, isto é, se eles são testemunho e profecia.

Nenhum discurso pastoral, por mais teologicamente correto que possa ser, ga-

rante a liberdade e a autenticidade de se ser alguém para Deus e sua Igreja. Os conselhos evangélicos devem possuir existencialmente força de vida para a própria pessoa. Porque alguém se coloca a serviço dos fracassados não se estrutura como um sacrificado sem significação, que faz fracassar o autêntico desejo de ver a própria vida vencedora, como Jesus.

Isto é o que venho aprendendo ao mourejar na Pastoral Vocacional desde 1962. O que torna o Discernimento uma arte pedagógica e espiritual. É também isto o que desejo para todos os agentes da Pastoral Vocacional em nosso continente da esperança.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. "A vocação se entranha em nosso ser como **Desejo de Sentido**. É um dom divino que nos chega, pois, simultaneamente como fato de cultura e matriz geradora de nossa intersubjetividade. A vocação é tramada na dialética do Desejo e da Lei, bem como na rede das circunstâncias econômico-políticas, socioculturais, socioeclesiais. A vocação e a fé põem à prova o Desejo, a fim de que ele se vá convertendo, na radicalidade, ao Deus totalmente outro." Como você entende estas palavras do autor? É a mesma idéia que você tem sobre vocação?

2. Tendo presente o projeto vocacional de sua congregação ou província, como você ou sua comunidade responderiam

às perguntas feitas pelo autor, a saber: Quem nós procuramos com nossa pastoral vocacional? Quem nos procura? Por quais razões procura? Quem parece possuir o conjunto satisfatório de condições para assumir sua resposta vocacional?

3. É apresentada no texto uma série de pontos para uma Pastoral Vocacional: a vocação de ser pessoa; um acompanhamento e uma formação vocacional inculturada; um novo olhar sobre o que seja a evolução juvenil hoje; o fato de na adolescência o processo vocacional ir de par com uma educação da fé. Qual destes pontos parece necessitar de maior reflexão e articulação na Pastoral Vocacional de seu grupo?

A EXPERIÊNCIA RELIGIOSA FEMININA NO MISTÉRIO DE DEUS

Ir. Ivoni Lourdes Fritzen
Rio Grande da Serra/SP

Uma postura pneumatológica lança-nos à liberdade plena, em que RUAH, em movimento-ação, age, transforma, cria, sustenta, ilumina mulheres, homens, raças e culturas, em relação mútua com cada célula e cada ser no cosmo.

I. O MISTÉRIO DE DEUS

O ser humano, mulher e homem, é imagem e semelhança de Deus, participa do mistério divino que cria, santifica e salva a humanidade. Constata-se, no entanto, que o ser humano no ocidente cristão é marcadamente acentuado pelo androcentrismo. Nos relatos bíblicos da criação da humanidade (Gn 2,18-24; 1,26-27) percebe-se pela linguagem que a mulher é criada depois, a partir de e para o homem. Essa conotação acompanha os relatos e a tradição judaico-cristãos, que se fundam sobre uma cultura patriarcal e machista e que cria a dependência teológica, "biológica" e sociológica da mulher. A concepção de ser humano reduz-se ao masculino, ao "teo-morfo", portanto, o que tem forma, o que é imagem de Deus. Diz Maria Clara que aqui se estabelece uma sexologia teológica na qual o elemento masculino representa a tradição judaico-cristã, a economia da aliança e

o parceiro divino. Enquanto a mulher é relacionada à Igreja, ao Israel.

Santo Agostinho acentuou o ser de Deus ao "andromorfo", o qual se manifesta como rei, juiz, patriarca e esposo. A mulher só se ascende à equivalência com o homem e posteriormente com Deus, à medida que se desfeminiza, que renuncia ao seu corpo, às funções do seu sexo e se subordina ao homem.

Essa antropologia teológica tem suas bases no tríplice dualismo: alma-corpo, céu-terra, eficácia-gratuidade.

O feminino não encontra por via direta um lugar no mistério de Deus. O feminino é orientado para a terra, a vida, as gerações, os mistérios da morte e a relação maternal. O feminino é marcado pela experiência, pela passividade, pelo aconchego, pela percepção intuitiva e o louvor gratuito. Enquanto que o masculino se encontra com Deus identificado por seu sexo, orientado para o céu, a infinitude, a transcendência, a salvação, sendo marcado pela ação, a objetividade, a organização, a produtividade e o comando.

Esses dualismos são o resultado de uma construção cultural que privilegiou um dos sexos e que tende a perdurar porque enraizada nos corpos humanos.

O mistério de Deus na experiência feminina nos envolve e nos remete à MEMÓRIA das AÇÕES de DEUS na HISTÓRIA. O mistério divino se dá na vida concreta das parteiras (Ex 1-7) que se ne-

gam ao sistema de dominação e morte, salvando os meninos; de Profetisas como Ana (1Sam 2,1-11), Apóstolas como Júnia (Rm 16,7).

O mistério de Deus gera a partir do útero (Jr 1,5; Jó 31,13-15), das entranhas do corpo. É compassivo, faz sentir graça, aconchego, alegria e bem-estar (Is 63,15; Sl 110,4).

O mistério de Deus ultrapassa fronteiras de raças e culturas, vence as barreiras das leis. No mistério de Deus não há lugar para dualismos, para discriminações de sexos, para a dominação de classes e sujeitos. No mistério de Deus somos envolvidas da vida e felicidade, como a semente na terra, como o peixe no mar. Tudo o que nos cerca nos envolve, nos recria e nos faz participar da salvação.

O mistério de Deus compreende em nossos tempos uma nova antropologia que seja firmada no antropomorfo, em que mulher e homem formam a imagem de Deus relacionando-se reciprocamente entre eles e o cosmo. Esse mistério compreende-se com mais precisão, no alcance, comunitário e coletivo, do qual emergem relações de fraternidade e mútua comunhão, no qual se respeitam as alteridades e são estabelecidas relações de amor na Trindade.

1. O Mistério de Deus captado na vivência da inserção

O testemunho de Religiosas(os) inseridas nos meios populares compreende-se na globalidade das suas ações e relações. É o ouvir, o estar, o buscar, o participar que torna a própria religiosa autêntica na sua missão.

O mistério de Deus é portanto captado e vivenciado a partir do *ouvir*, do reconhecer-se sujeita-mulher. O fato de *estar com* faz acontecer a partilha, a solidariedade, desperta para a luta, a sobrevivência e a real compaixão junto ao povo sofrido.

O mistério de Deus envolve a Vida Religiosa no cotidiano de suas relações, nos desafios e sofrimentos, no processo de inculturação deste momento histórico. Faz-se presente “no fazer o pão, no fazer tijolos,...” em favor da defesa das crianças, de famílias, povos.

O mistério de Deus na experiência das mulheres inseridas é vivência do Espírito enquanto força no caminho, nos conflitos e nas perspectivas. O Espírito é Ação, faz agir em comunidade, desperta para a alegria de viver, de se doar. A Vida Religiosa é sempre um caminho no Espírito, nunca é acabada, completa. Ela realiza-se na história.

A vivência do mistério-Deus compreende sim o cultivo da Palavra e das experiências divinas, humanas, a partilha das realidades e lutas que levam ao confronto de atitudes e posturas, a conversão da realidade humana sempre a caminho, enfim, mediações que impulsionam a entrega da vida pela causa dos empobrecidos e excluídos da história.

A consagração religiosa na América Latina e Caribe compreende-se na entrega à causa dos empobrecidos e excluídos, o que, sem dúvida, exige responsabilidade enraizada no Deus da Vida, que cria o novo tempo, que denuncia o pecado e assegura mesmo na morte a esperança da libertação total.

2. O Mistério de Deus para a Vida Religiosa

O falar sobre Deus para a Vida Religiosa Latino-Americana implica situar-se historicamente. Povos foram mortos, “uma cultura” ainda visa negar a alteridade, situações de fome e violência se agravam, o sistema de dominação permeia os diferentes níveis do ser humano. Trata-se de olhar a realidade e reconstruir a partir de um princípio-chave: “VIDA E VIDA EM

ABUNDÂNCIA" (Jo 10,10), a sobrevivência, a relacionalidade e a felicidade.

Deus enquanto Vida resgata-nos na obra criada e criadora, na tradição bíblica, na pessoa de Jesus de Nazaré e seu movimento, na ação do Espírito no mundo. Portanto, o mistério da VIDA nos faz à sua imagem, nos garante descendência (Gn 20,1-18; 30,22 1Sam 1,1-20) e liberta da escravidão (Ex 15). Ele conduz o seu povo.

Essa intervenção da VIDA em Jesus e seu movimento assume características humanas e concretas com os pobres da Palestina. Jesus em seu corpo e relacionamentos é Boa Notícia aos pobres porque restitui-lhes a vida, a dignidade e a esperança de eternidade. Humanamente/Divinamente Jesus, o Cristo, é Salvador porque resgata do concreto da existência da vida para sua plenitude. Assim, todas e todos os que creem, vivenciando as ações de Jesus Cristo, são igualmente salvadoras e salvadores do gênero humano ou da humanidade.

O "Deus Vida" se dá pelo Espírito Santo que desde o princípio pairava (Gn 1,1), que veio sobre Maria, os Apóstolos, as Comunidades, que está presente entre mulheres e homens a caminho, que precede, acompanha e realiza a ação. Que em Maria, em Jesus, nas Comunidades é Luz, Fogo, Paz, Movimento e Ação em transformação.

Este princípio "Vidocêntrico" funda-se na Trindade, que em íntima e profunda relação de amor se manifesta. Deus, VIDA TRINITÁRIA, "é, era e será". Em pericorese, intervém na história da humanidade, em tempos, espaços e pessoas, gerando com, caminhando junto, entrando nas casas, dialogando e escutando, restituindo a Vida. Deus, Vida Trinitária grita pelo corpo dos pequenos, reivindica o sábado, clama a cura das feridas, denuncia a opressão e a morte e luta pelo direito e a justiça. Deus, Vida Trinitária resgata os jogados à

margem, restitui-lhes a Palavra, a autoridade de cidadania, a condição de vida.

A Vida Religiosa na América Latina é chamada a construir uma humanidade nova para além da dominação de classe, raça e gênero (Gl 3,28), a partir *de* e em direção *ao* mistério maior do amor que nomeamos na Trindade, o qual se revela tanto como força geradora e criadora como entranhas partejadoras e compassivas.

A Trindade como princípio vital é a maior expressão da comunidade dinâmica que coletivamente assume a causa do empobrecido. Fica clara a dimensão comunitária da Vida Religiosa na América Latina, não se fecha apenas em seus membros "congregacionais", mas abre-se àquilo e àqueles que caminham sob o princípio VIDA. A consequência desse princípio compreende um processo constante de encarnação. Aqui situo o seguimento de Jesus Cristo. "A Palavra se fez carne" (Jo 1,14) e a salvação se fez realidade. A opção e consagração de mulheres e homens na Vida Religiosa consiste em tornar a salvação "acontecimento" nas realidades concretas, consiste em realizar no tempo e espaço as ações da práxis divino/humana. Sem dúvida isso implica uma opção fundamental de vida que se dispõe em missão. Requer fé na vida, atitude de liberdade e compromisso com a cruz do sofrimento.

Seguir Jesus é seguir o Deus Trino numa inter-relação amorosa e comunitária. É seguir o Deus da Vida que se manifesta em cada pulsar do coração. Seguir a Deus é estar incondicionalmente vivendo as ações de Deus na história a partir do limite humano. Permanece aqui, com evidência, o processo de conversão no caminho a ser trilhado pelas(os) que se debruçam neste modo de vida.

As consequências práticas como vivência do Evangelho se expressam na opção de vida, na partilha em comunidade e numa

atitude de simplicidade, alegria, pobreza e constante desejo de viver.

O mistério de Deus, a concepção de Deus a partir da Mulher na vida religiosa está em sintonia com o Magnificat (Lc 1,36-40), canto em profecia assegurando a esperança que se realiza no Deus da vida. Nesse canto "Todas as dimensões da mulher são recolhidas: gratidão e humildade, solidariedade e esperança, amor e fé".

3. O Mistério de Deus: Um compromisso com a Vida

Uma teologia centrada na Vida considera o ser humano em suas necessidades, desejos e relações mais práticas e concretas como o comer, trabalhar, relacionar-se com outras pessoas, lutar e acreditar tentando sobreviver. Em si e em seu meio, a vida está ameaçada e em grande dor, a Vida parece estar entre os jogos da morte. É triste viver sem pão e sem chão, sem participação e na total exclusão.

A teologia pensada e experienciada a partir da não-vida para a Vida parece remeter-nos ao "beber do próprio poço", isto é, a buscar a realidade vivencial mais profunda, o sustento e o dinamismo para a Vida e, portanto, para o embate e a superação de toda esta não-vida. Enfim, desta cultura de morte enraizada no poder de dominação.

Deus é, no mistério da Vida no qual somos, nos nutrimos e nos movemos. Deus é, no concreto da história dos pobres, em meio à "sujeira projetada" vida forte imprevisível, novidade que se vai criando no Espírito.

Uma teologia da Vida ou "vidocêntrica" exige revisão de um modelo tradicional e idealista herdado, exige uma reestruturação como teologia desde a práxis libertadora, desde o reverso da história em que mulher e homem são, lado a lado, sujeitos contextualizados historicamente e com-

prometidos com as necessidades mais concretas da vida humana. Portanto:

a) A teologia da vida volta a sua preocupação não para a abstração, mas concretamente aos meios da vida, às condições da existência. Assim a teologia não pode calar diante da exploração institucionalizada do capitalismo e do mercado comum, nem poderá proclamar a vida em abstrato, diante dos assassinatos e dos mecanismos de morte vigentes.

b) A teologia da vida defende a dignidade do ser humano, em sua raça e em seu gênero. Restaura o sentido e a dignidade do corpo físico (encarnação e ressurreição), resgatando, inclusive, a corporeidade dos corpos ressuscitados. Essa teologia recusa as dicotomias e recupera a dignidade do ser humano.

c) A teologia da Vida faz com que cada pessoa encontre-se, reconhecendo-se sujeito capaz, relacionando-se com autoridade, bem como fazendo uso da palavra em sua práxis concreta.

d) A teologia da vida dá sentido ao trabalho do ser humano como parte integral, constitutiva e não apenas exterioridade. Diz sua palavra para que o trabalho volte a ser liberdade e criatividade e não exploração e mão-de-obra barata.

e) A teologia da vida insiste na vida em comunidade. O sujeito ativo na história é a pessoa em comunidade.

A teologia da vida abarca igualmente um caráter utópico que, sem dúvida, alimenta as esperanças da justiça e da liberdade que Deus prometeu e que a Fé reconhece como meta no processo histórico. A teologia a partir da Vida e para a Vida compreende-se numa grande aventura humana, em que o sustento é o próprio desejo de viver, na qual são arriscadas todas as possibilidades, às vezes a própria vida em favor do valor máximo da causa VITAL que se defende.

II. ESPIRITUALIDADE

Espiritualidade é sem dúvida uma realidade histórica presente na experiência concreta de vidas contextualizadas em tempos históricos e espaços determinados. Espiritualidade vem de ESPÍRITO (sopro, ar, hálito, movimento, ação,...) concebido no mistério trinitário, bem como na realidade humana e cósmica. Espiritualidade significa viver segundo a dinâmica profunda da VIDA. O termo designa a totalidade do ser humano enquanto energia, sentido e vitalidade.

A espiritualidade é como o fogo que queima em nós e persegue uma ação livre e libertária, é como a oferta da viúva na doação total, é como a mulher chamada "pecadora" que penetra na casa do fariseu, e lá, diante do poder religioso, unge a Jesus. A espiritualidade é força e luz que permeia os relacionamentos grupais, sociais, políticos e econômicos. É ação-oração-vida, é engajamento, é participação, é escuta, é celebração da vida, é unidade num processo dinâmico mediante o qual vai se construindo a integralidade da pessoa e sua integração com tudo que a cerca.

1. Espiritualidade feminista

Na perspectiva feminista, a espiritualidade emerge do cotidiano marcado pela luta de sobrevivência, emerge das relações de reciprocidade criadas entre mulheres e homens, emerge do contato com a terra, a "mãe terra" que no silêncio nos sustenta e nos recria, emerge do corpo, o lugar mais concreto para a epifania de Deus.

Na espiritualidade feminista, o valor máximo é a *vida* a ser respeitada, gerada e recriada na sua integridade em seus ciclos e em seu mistério.

Essa forma de viver a espiritualidade compreende o enfrentamento do conflito estabelecido entre o instituído e o novo,

bem como a dinâmica de desconstruir e reconstruir a própria história pessoal e coletiva a partir da realidade corpórea e contextual.

A espiritualidade feminista se dá entre as lágrimas e esperanças retomadas todos os dias na busca de subsistência e de VIDA. Diz a teóloga coreana Chung Hyug Kyung: "... que el futuro de la espiritualidad e de la teología se debe mover del cristo-centrismo hacia un vida-centrismo".

2. O corpo da Mulher em espiritualidade

O corpo é a realidade mais concreta e verdadeira que podemos afirmar, pois por ele fomos concebidas e geradas, por ele existimos e somos, e por ele a humanidade toda se recria. O corpo existe em relação ao outro e ao cosmo. Ele se articula e interdepende entre tudo o que existe. Na perspectiva feminista, são os corpos ressequidos e violentados que com urgência clamam ações de libertação, de vida na sua integridade relacional e existencial. O corpo humano é uma unidade total: biológica, social, política, ideológica, espiritual e transcendental. A pessoa humana concreta enfrenta dificuldades, mas vai construindo sua integralidade pessoal e relacional. No corpo todos os membros e funções estão em harmonia (1Cor 12).

Sendo assim, o corpo é lugar teológico, lugar da manifestação de Deus, espaço da geração e concepção de Deus. Neste sentido, o corpo da mulher é morada do divino, habitação do Espírito enquanto participa, pensa, sente, deseja, decide,... na vida de um grupo social.

Este corpo, no entanto, foi invadido, foi fragmentado, porque constituído por um poder dominador que exclui a mulher com seu corpo. De fato, vive-se hoje uma busca de reconstrução da vida, a começar pelo respeito e valor ao nosso corpo. Grupos

e mulheres escrevem elementos da vivência de sua espiritualidade a partir do corpo. Outros grupos de mulheres e homens estão inseridos em movimentos que lutam na defesa do corpo das mulheres prostituídas e marginalizadas, sobretudo a partir do seu corpo. Outras (os) ainda investem na transformação das leis constitucionais dos direitos de decisão a partir da mulher, da participação da mulher em todos os segmentos da sociedade, inclusive a igreja.

O "corpo" é um documento histórico. Os corpos das mulheres e empobrecidos da América Latina e Caribe gritam a Deus por justiça, gritam a Deus por alimento, gritam a Deus por saúde e por novas relações entre os humanos e o cosmo, gritam a Deus por viver. Esta realidade concreta do corpo evidencia-se nas feições concretas da fome e da miséria.

A dimensão corpórea na teologia é hoje uma urgência que deve superar os dualismos, o machismo e o poder dominador. A dimensão corpórea resgata também a visão holística que envolve a globalidade do ser em suas relações, a beleza do ser gente.

O corpo passa a ser o novo ponto de partida para a teologia, porque ele é o centro de todas as relações. Centro de onde partem todos os problemas, bem como ao qual convergem todas as coisas. O corpo é lugar de êxtase e de opressão, de amor e de ódio, lugar do Reino, lugar de ressurreição.

O corpo envolvido no mistério da vida é o lugar também da manifestação dos nossos medos. Medos que carregam grandes forças, porque construídos e firmados em nossa geração a partir de símbolos dominadores. "Somos assombrados pelo medo do corpo." Neste sentido, temos medo da sexualidade e este medo é uma expressão do medo da "mãe dos viventes", medo originário, medo que desvenda a nudez do corpo, buscando razões para além dele.

Uma espiritualidade que parta do corpo compreende redimi-lo, acolhê-lo no bem que traz, na sua materialidade com um abraço divino. Partir do corpo é partir do Reino de Deus, anunciado e já realizado em Jesus que dá a saúde, que devolve a vista, que levanta os caídos e que ressuscita os mortos.

Assim como a natureza é cíclica, o corpo da mulher o é igualmente. A espiritualidade acompanha os tempos e momentos cíclicos, compreendendo, portanto, a superação dos medos, das discriminações, das opressões, bem como a afirmação da vida desde o pulsar e o movimentar do nosso sangue.

Concretamente, os corpos dão-se numa relação de vida e poder e são estas relações que tecem a vida para o sacrifício e morte ou para a libertação.

a) Corpos sacrificados

O poder instalado nas relações sociais, políticas e econômicas constrói o mundo, mesmo que isto compreenda o sacrifício de vidas humanas. Dados concretos temos todos os dias, ao constatar a morte de crianças, jovens, mulheres, idosos e trabalhadores em geral, vítimas de falta de recursos, vítimas de valores consumistas introjetados, vítimas de religiões que fabricam e comercializam "Deus" a partir de interesses próprios, vítimas de uma injustiça institucionalizada.

O poder instalado na América Latina sobre a vida dos povos provocou genocídio de grupos e povos, firmou-se por este longo tempo em dominação de corpos negros, índios e pobres, entre os quais muitas mulheres, das quais é exigida a submissão, não apenas nas relações de poder civil público, mas na relação com o seu corpo.

O corpo desrespeitado, expropriado e dominado em muitas mulheres, clama a liberdade, a paz e a vida ainda hoje. Nas

e vida aos coxos, surdos, cegos, prostitutas, povos massacrados. Constitui-se num posicionamento ético, que resgata a vida no ser da pessoa e no seu ser coletivo, no corpo amplo que compreende o cosmo do qual somos parte integrante. A ressurreição dos corpos remete-nos ao silêncio, à espera e às passagens de deserto. Impulsiona-nos ao envio e às práticas comunitárias em que *Deus é*. Compreende, pois, o processo mais amplo que se dá na terra e no cosmo a partir das lutas e alegrias cotidianas. A ressurreição dos corpos exige um constante e dinâmico sair dos túmulos de onde fomos colocados.

3. Espiritualidade profética

A profecia nos acontecimentos histórico-salvíficos vem nos trazer o sentido do acontecimento, vem esclarecer as razões à luz de Deus. Daí que a Profecia é DOM, GRAÇA de Deus com agudo discernimento da realidade, bem como de um posicionamento crítico e concreto.

A profecia das mulheres, na tradição bíblica, acontece no nível carismático e não institucional-funcional. Encontra-se profundamente situada e enraizada no conflito social. A Mulher proclama a grandeza de Deus realizada na sua humilhação (Lc 1,46-54) e grita denunciando a dominação, a concentração do latifúndio, a má administração da justiça que provoca a desumanidade. Na profecia estão implícitas a misericórdia, a justiça e a esperança. "Deus ergue os caídos e derruba os poderosos." A profecia é feita por duas mulheres grávidas que anunciam as ações de Deus encarnado nas ações de ressurreição.

No movimento de Jesus, mulheres e homens itinerantes eram admitidos em igualdade de condições, e em seus relacionamentos todos são acolhidos. Com relação às mulheres judias, Jesus acolhia-as, escutava-as publicamente, solidarizando-se com sua marginalização social e religiosa,

enfrentando assim o espanto e o conflito com o poder.

As mulheres seguem itinerantes a prática de Deus na proposta de Jesus (Lc 8,3), desafiando as proibições legais e assumindo-as em toda a sua realidade. Essa prática profética das mulheres acompanha os diferentes e mais importantes momentos do mistério da encarnação e da difusão da proposta do Reino. A mulher concebe fora da normalidade, é solteira, assume a gravidez e profetiza as ações de vida em Jesus, é presente na realização do primeiro sinal em Caná na Galiléia. Introduce-se em reuniões reservadas à casta masculina (Lc 11, 37-57), deixando visível um novo anúncio. Peregrinando com Jesus por aldeias, casas e ruas, ficando próxima, mesmo no momento da condenação e cruz, sendo as primeiras testemunhas de ressurreição, de continuidade da Boa Notícia.

Essa prática profética e missionária de discipulado constata-se igualmente nas comunidades paulinas. A Igreja de Filipos inicia-se na casa de Lídia (At 16,15), a partir de mulheres que já se reuniam à margem do rio. Em Corinto encontramos diaconisas, opções celibatárias por causa do Reino, profecias nas assembléias cristãs (1Cor 11,5), expressivas sobretudo no culto da comunidade (Estefanas, 1Cor 16,17, e Prisca 1Cor 16,19).

Profetizar nessas comunidades não era apenas ensinar, mas implicava edificar comunidades e, por isso, devia-se escuta, discernimento e ação.

Em cartas a Corinto, aparecem igualmente repressões à mulher. Isso pode ser compreendido no contexto e nas situações em que Paulo tenta responder a problemas, como também à influência judaico-patriarcal que se descobria posteriormente em crescente patriarcalização e exclusão das mulheres no ofício eclesiástico.

Em Gálatas, a mensagem contida na antiga fórmula batismal (3,28) afirma que

as diferenças de sexo, raça e classe, em Cristo, não devem mais existir. O que deve existir é a vivência na vida do ressuscitado. Em Rm 16, Febe é reconhecida como mestra e missionária. É diaconisa da igreja de Centréia. Isso nos mostra a participação da mulher na difusão do Evangelho. Temos ainda a menção a Prisca e Áquila, Evódia e Sintique, bem como a Júnias e Andrônico, missionárias(os) apóstolas (os). As práticas missionárias davam-se na itinerância e centravam-se nas casas. O que caracterizava a vocação profético-missionária é o carisma anunciador da nova criatura.

A vida religiosa traz “em si”, e “por si”, características proféticas e carismáticas. Se firma na itinerância, isto é, não é fixa a um lugar ou uma situação. Está entre os migrantes, os sem-terra, os sem-saúde e os sem-pão. No entanto, grande parte das religiosas vive dentro da instituição, na qual não mais podem ser profetas, pois têm em abundância e encontram-se vinculadas a discursos e ao poder.

A profecia da vida religiosa nos tempos de hoje encontra-se na vida cotidiana de grupos que deixaram as estruturas sustentadoras e que, na insegurança do mundo, são sinais de solidariedade e esperança junto e com os da margem da sociedade. Neste lugar, não há o apego ao dinheiro nem mesmo a auto-suficiência.

É profecia o testemunho pessoal, mas sobretudo o coletivo, que não é apenas traçado no papel, mas é vivenciado de tal forma que todas podem chamar-se de irmãs, novas criaturas na vida que é Deus. Essa experiência mística une a compreensão à sabedoria que a faz instrumento de Paz, capaz de vencer o ídolo da morte nos focos da destruição de classe, raça, gênero e cultura.

A vida religiosa feminina tem sentido de ser na profecia, no anúncio novo, na não compactuação do poder, seja ele político ou religioso, social ou econômico. A

vida religiosa é uma opção carismática (vem de Deus) em que os irmãos, as irmãs procuram viver a Koinonia, a perfeição do amor, que se expressa em transparência na comunicação, em união de vida e não sacrifícios, nem destruições, em realizações de pessoas, portanto em salvação.

Assim, os “votos” adquirem seu significado real e não ilusório. Deixam de ser três, sendo uma única atitude de *Consagração da vida* no seu corpo, nos seus relacionamentos e na sua totalidade de ser, manifestada na moradia, na alimentação, nas peregrinações, nas necessidades, no trabalho cotidiano, na fé. A Consagração é, portanto, um caminho de felicidade, mesmo entre dores e sofrimentos, é uma resposta que compreende SIM e NÃO a partir de valores a que se propõe e se sente impulsionada no Espírito.

Nas grandes assembleias das religiosas (os) da CRB, o conteúdo aparentemente parece delineado, mas as inquietações são constantes na prática. Se por um lado tende-se a manter um diálogo profético na instituição, por outro lado a emergência do submundo dos pobres, da necessidade de respostas, clama sem medida o posicionamento ético e profético que desde o lugar social exige a presença de testemunhas. Neste sentido, a consciência feminista torna-nos guerreiras no forjar de uma nova humanidade, na qual as relações e práticas sejam de respeito, reciprocidade e mútua felicidade.

A vida religiosa feminina deve ainda libertar-se da sombra do generalizado-universal e tomar voz, na sua identidade e força como mulher, favorável a esta metade da população esquecida até então.

III. DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA VIDA RELIGIOSA

A vida religiosa na América Latina alimenta um sonho de esperança com uma

nova opção pelos pobres, uma nova relação com os marginalizados, com uma consciência política, com um multiculturalismo, com relações de diferentes experiências religiosas, em que as aproximações no mistério que nos transcende partam da originalidade transcendente. Sonha-se com o acordar da consciência feminista na teologia e na vida religiosa feminina, na consagração à causa da vida, mesmo na possibilidade de união de diferentes congregações em vista de um projeto comunitário mais aberto...

Esse sonho vem impregnado de Fé e de profunda esperança enraizada no Deus da Vida. Compreende um despertar a partir do ser humano, um vivenciar a paixão a partir das entranhas, da ternura, da proximidade e da comunhão. Esse sonho compreende criar o nosso caminho, o caminho de consagração na América Latina, o caminho que "RUAH" toca e impulsiona na criatividade e na gratuidade do amor. Caminho que vai sendo traçado dentro e a partir de um contexto real concreto que está num constante dinamismo entre a vida e a morte, que traz consigo o conflito pessoal e coletivo social, mas que dialeticamente se apresenta em luzes e perspectivas.

A perspectiva no sonho e nas realidades em germinação e ação está nos envolvendo no mistério essencial da vida que nos habilita. O fio que nos sustenta nasce do movimento de nós mesmas e do universo inteiro articulado em sinfonia. Por isso, somos convocadas (os) assim.

a) A ressituar a concepção de Deus a partir da vivência concreta, do mundo humano no qual a transcendência é captada numa perspectiva mais holística, globalizante, articulada e interdependente entre tudo o que existe. Isso compreende não apenas um remendo novo no pano velho, mas uma nova hermenêutica, um novo ponto de partida para interpretar a vida, as situações e Deus, o qual reconheça o outro e instale relações de justiça e fraternidade.

b) Ao apontar para o sentido da vida em luta pela vida, devemos deixar desabrochar ao máximo as forças da vida em nós, a vida que nos habita e envolve. Isso nos tornará mulheres religiosas mais livres, abertas e consagradas, sem dúvida, implica a purificação interior, o enfrentamento com as construções do real que fazemos, o risco de viver incômoda e inseguramente. Viver o sentido da vida compreende também passar por túneis desconhecidos, por crises, que de um lado nos deixam perdidas, mas por outro, nos apontam a luz e a verdadeira experiência humano-divina.

c) A vida religiosa, tendo expressão própria e pública, deve estar permeada do Espírito que se apresenta na variedade de carismas e dons expressos na realidade contextual. Deve ser testemunho do amor com as pessoas e universo, ser sinal de comunhão na diversidade. Isso deixa clara a não-uniformização da vida religiosa, bem como a não-dominação androcêntrica e hierárquica.

d) A experiência teologal emerge do submundo dos pobres e caracteriza Deus, sobretudo pela vida. Esta experiência provoca uma ação no submundo da miserabilidade, implica conseqüências, rupturas, crises, e desafios vão sendo tecidos por pessoas e grupos situados. Compreende para isso uma vivência de espiritualidade que se faz, que é marcada pela encarnação na realidade, pelo enfrentamento de conflitos e pelo aprender a partir dos princípios evangélicos e da Vida que sustenta e anima a caminhada.

e) O desafio essencial, hoje, é o da *esperança*. Estamos num vácuo de utopias. O sonho de chegar à nova terra desaba diante da condição real da economia em que vive o povo. Parece que a utopia acabou e que a vida é assim mesmo. É preciso, imersas no mundo da vida, olhar para nós mesmas, para o povo ao nosso lado,

para as luzes que permeiam a nossa existência e apostar. Apostar criando alternativas, formas de resistência, condições de uma experiência de amor, alegria e confiança, que restitua ao ser humano a alegria de viver.

Para tanto, faz-se necessário tomar algumas posturas diante dos desafios apresentados.

1. Postura ética

O ponto de partida para uma ética feminista é a situação concreta, a experiência vivida. Não é o absoluto posicionamento sobre uma situação. É de primordial importância a relação, a conexão com o outro, incluindo Deus...

A postura ética terá como base a concepção sistêmica de vida. Os organismos vivos são sistemas auto-organizadores que exibem um alto grau de estabilidade. Esta é profundamente dinâmica e caracterizada por flutuações contínuas, múltiplas e independentes. O sistema, para ser saudável, deve ser flexível, não absoluto, deve dispor de opções para a interação com o meio ambiente. A organização sistêmica dos corpos organizados, no conjunto que formam com o cosmo, manifestar-se-á em equilíbrio, harmonia, saúde física e mental. Assim, somos parte de um imenso e pulsante corpo, o cosmo. Por isso, quando temos compaixão de um corpo enfermo vendo nele o sofrimento pela injustiça, o vemos como algo que ocorre em nosso corpo. Estamos ligados a todos os seres. O eu experiencia-se inseparavelmente de toda a trama da vida na qual estamos interconectadas como células de um corpo mais amplo. Necessitamos, para que haja uma consciência, da comunhão do universo que nos permita experimentar como cada partícula está em comunhão com cada uma das outras partículas do cosmo, visto que os bosques, os rios e os corpos foram e estão sendo contaminados e destruídos.

Uma postura ética defende a terra, defende os corpos e o universo. Parte de princípios novos. Vê o corpo como sendo um todo que deve reorganizar-se num sistema de vida cíclico, processual, respeitador da natureza. Tudo é importante. Tudo se refaz no processo da vida. Até a morte no processo da vida é componente essencial da renovação da vida pela qual os organismos se deterioram e se fazem nutrientes de novos crescimentos orgânicos.

Uma postura ética com relação à ecologia consiste em que cada membro trabalhe, preserve e cuide da própria vida nos ecossistemas tanto quanto possível. Dessa forma haverá equilíbrio e mutualidade. Para isso, faz-se necessário uma permanência auditiva a nossas entranhas, sentimentos e genética. Um compromisso em ouvir os nossos antepassados (as) e deles (as) reaprender formas para cuidar da terra-mãe. Uma atividade, porque somos nós criaturas humanas no universo criando uma irmandade com toda a criação. Esse posicionamento restituirá a dignidade e a vida ao universo.

2. Postura política

Partindo de uma visão sistêmica da vida, a postura política compreende-se no compromisso com a postura econômica e ideológica. Diante do agravamento da situação mundial, sobretudo Latino-Americana, a preocupação de economistas e políticos persegue o rigor científico e tecnológico, enquanto são poucas as pessoas que associam a postura político-econômica à ideologia, ou seja, a realidade concreta hoje quase destruída.

É necessário, portanto, que a vida religiosa feminina, no contexto no qual se encontra, aja politicamente, organizando-se em meio às necessidades locais, lutando pelas formas próprias de defesa da vida, participando da elaboração de projetos de sociedade que garantam saúde, educação,

respeito e defesa da terra, água, enfim, da natureza.

Essa postura deve atingir e transformar as realidades concretas sociais, bem como eclesiais, nas quais as mulheres são a maioria na participação e animação de serviços, mas não nas instâncias decisórias.

A vida religiosa feminina deve estar próxima ou integrada aos movimentos feministas, nos seus diferentes níveis: bíblico, teológico, social-humanista, econômico e político.

A ação política torna a comunidade sujeita de sua história, inovadora em novos projetos, crente de mutações em vista da nova relação mulher-homem e nova humanidade.

Agir politicamente na vida religiosa é apropriar-se de ousadia, é arriscar-se entre sonhos e projetos, é aprender a dinâmica da aprendizagem numa luta constante entre perdas e ganhos que se fazem pela fé na vida e na realidade de um mundo melhor.

3. Postura Escatológica e Pneumática

A esperança é o conteúdo básico da escatologia. Viver em postura escatológica é ter ESPERANÇA, não no além, no futuro imaginário, mas no concreto da vida. A esperança acompanha os processos na história, atinge os níveis de organização, caracteriza-se no pessoal e coletivo, visa realizar a libertação no Deus-Vida.

Uma postura escatológica se concretiza na mudança social rumo a mais justiça e paz. Compreende-se numa responsabilidade do ser humano histórico que se encontra num processo de vida dinâmico, dialético e conflitivo.

A vida religiosa carismática e profética, em meio ao submundo dos empobreci-

dos, continua sendo um *sinal de esperança* para o momento histórico na medida em que assegura a utopia do Reino de Deus e manifesta-se como LUZ do mistério de Deus imanente e transcendente.

É o Espírito que nos precede, nos guia e nos encaminha. É no Espírito que vivemos e nos percebemos parte do cosmo. É pelo Espírito que somos sustentadas e enviadas a missionar nas fronteiras e necessidades mais urgentes.

Uma postura pneumatológica lança-nos à liberdade plena, onde RUAH, em movimento-ação, age, transforma, cria, sustenta, ilumina,... mulheres, homens, raças e culturas em relação mútua com cada célula e cada ser no cosmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BINGERMAN, Maria Clara. O Mistério da Mulher.
 2. SOBRINO, Jon. Espiritualidade da Libertação. Ed. Loyola.
 3. BOFF, Leonardo. Paixão de Cristo, Paixão do mundo. Vozes, Petrópolis.
 4. PRADO, Consuelo. In. O Rosto Feminino da Teologia. Santuário.
 5. GUTIERREZ, Gustavo. Beber do próprio poço. Vozes.
 6. GEBARA, Ivone. Vida Religiosa. Da Teologia Patriarcal à Teologia Feminista. Ed. Paulinas.
 7. ALVES, Rubens. Variações sobre a vida e a morte. Paulinas.
 8. SÁ, Olga de. In Vida Religiosa enquanto Instituição. Publicação CRB.
 9. TEPEDINO, Ana Maria. As Discípulas de Jesus. Ed. Vozes.
 10. CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. Ed. Cultrix.
- Revista CONSPIRANDO. Revista Latino-Americana de ecofeminismo, espiritualidade e teologia.
- Seminários de teologia (Faculdade Nossa Senhora da Assunção).
- Entrevistas.
- Compêndio Vaticano I.
- Bíblia de Jerusalém.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE:

1. Viver no mistério de Deus implica compromisso com a vida.

— Quais as exigências reais para a missão da Vida Religiosa hoje?

— Quais são as contribuições da reflexão teológica para este nosso tempo?

2. A “guerra fria” que mata a vida humana é sentida nos corpos.

— Nossa comunidade está agindo na de-

fesa dos corpos vítimas da violência institucionalizada?

— Somos capazes de perceber-nos corpo de Deus em nosso corpo?

— Quais são hoje os apelos da realidade, as exigências éticas para que os corpos vivam e ressuscitem?

3. No contexto em que vivemos, quais são os desafios que a realidade hoje nos apresenta?

O ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA

D. Vital Wilderink, O.Carm.

Bispo de Itaguaí/RJ

Quando se tranca a porta à dimensão transcendente e religiosa do homem, seca a fonte da verdadeira cultura.

Os valores apregoados pelo Estado nem sempre são os valores cultivados pelo povo.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em outubro de 1988, querendo assegurar formação básica e respeito aos valores culturais, determina: "O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental" (Art. 210 par. 1º).

A redação final deste artigo foi o resultado de uma longa caminhada de discussões e propostas que ultrapassavam os limites da Assembléia Constituinte. Essa participação, ampla e em vários níveis, significou, sem dúvida, uma conquista democrática. As várias correntes ideológicas se dividiam e, muitas vezes, se opunham no posicionamento, pró ou contra, em relação ao ensino religioso na escola pública. Seria ingênuo pensar que, com a promulgação da lei favorável ao ensino religioso, este fosse um ponto pacífico. É necessário que tomemos consciência do caráter questionador e conflitivo presente na problemática que envolve o ensino religioso,

porque nos ajudará a definir, com maior lucidez, a identidade, a pedagogia e a didática do mesmo ensino no contexto da nossa realidade.

As dificuldades que envolvem o ensino religioso, freqüentemente já na sua própria implementação, não são de data recente. No entanto, a problemática atual implica uma novidade por causa das transformações acontecidas no mundo que atingem também, com as devidas nuances, o nosso país e, em geral, o continente latino-americano.

Seria interessante se pudéssemos recuperar a memória histórica das lutas jurídicas, pedagógicas e políticas em torno da questão do ensino religioso ao longo da história do Brasil. Isso nos possibilitaria compreender melhor as tensões atuais que se manifestam no campo legislativo. As leis orientam as relações dos homens a partir dos valores e dos costumes da sociedade. A vivência e a reflexão em torno de valores antecedem a legislação. Não é preciso dizer que os valores apregoados pelo Estado nem sempre são os valores cultivados pelo povo. Aqui nos contentaremos com uma rápida visão histórica.¹

I. O ENSINO RELIGIOSO NA HISTÓRIA DA LEGISLAÇÃO NO BRASIL

O Período colonial se caracteriza pela união entre o Estado e a Igreja. Em virtude

do Padroado, a colonização e a expansão da fé católica são dois aspectos inseparáveis de um mesmo regime. O ensino da religião não podia senão reforçar o poder estabelecido. No século XVIII o ensino religioso, sempre em forma de catequese, começa a ser regido pelas Constituições do Arcebispado da Bahia. A dependência do Clero em relação ao governo monárquico é acentuada devido ao regalismo, em detrimento da unidade eclesial. A reforma do marquês de Pombal, tendo o iluminismo como fonte de inspiração, leva à expulsão dos jesuítas do Brasil. Uma das consequências foi a desorganização do ensino da religião. Essa situação continua durante o breve período do **Reino Unido**. A presença da corte real no Brasil leva a uma elitização do ensino. O ensino religioso torna-se cada vez menos institucional e é deixado à iniciativa privada em ambiente doméstico. Cria-se assim um clima favorável ao sincretismo religioso.

No **Brasil-Império** as tendências regalistas continuam fortes e servem de quadro de interpretação para a Constituição do país outorgada em 1824 que proclama a Religião Católica Apostólica Romana como Religião do Estado. A nova edição das Constituições do Arcebispado da Bahia, em 1823, não subtrai a Igreja à dependência e subordinação ao Estado que, sem dúvida, marcavam, do ponto de vista cultural, a formação religiosa do povo brasileiro. Nas escolas circulavam manuais de catecismo segundo as orientações do Concílio de Trento. No entanto, o ensino religioso institucional atingia uma percentagem muito reduzida da população como se pode deduzir dos 1,9% dos recursos da Coroa destinados à Educação.

No final desse período a Igreja começa a tomar nova posição a partir da Bula de Pio XI "Quanta Cura", e recupera a sua autonomia com o Concílio Vaticano I. A problemática da "Questão Religiosa" (1872/1875), que envolveu de perto os

bispos de Olinda e do Pará, Dom Vital e Dom Macedo Costa, vem de antes e sobreviverá aos anos em que se deram os incidentes. São duas interpretações do catolicismo que entram em choque. O que, de fato, entrou em processo de condenação foi o regime do Padroado com seus adjetivos de regalismo e pombalismo. Da parte dos representantes hierárquicos da Igreja há uma posição de agressividade apologética que espelha todo o contexto da problemática política e cultural em que se debate a própria Santa Sé na Itália. No Brasil a história da Questão Religiosa contribuiu, sem dúvida, para a queda da monarquia. O imperador Dom Pedro II não deve ter percebido que o alcance dos incidentes com os bispos ultrapassava a ordem meramente administrativa e disciplinar.

Com o advento da **Primeira República** (1891/1930), o ensino religioso vai situar-se em novo contexto político e legislativo. O leito do rio cultural que carrega a vivência religiosa do povo, com suas potencialidades e limitações herdadas do passado, não mudava facilmente de rumo. Apesar da separação oficial entre Estado e Igreja, na prática havia sempre algumas portas abertas para um entendimento. Entendimento que, pelo menos em níveis locais, se baseava freqüentemente no "é dando que se recebe". O ensino religioso era tolerado, o que não favorecia a sua definição. Em carta pastoral de 1916, Dom Sebastião Leme, ainda bispo de Olinda, expressa angústia diante de um catolicismo burguês, marcado pelo indiferentismo e o espírito de rotina. Os escritos e a pregação do padre Júlio Maria clamando por uma união entre a Igreja e o povo apontavam igualmente para uma necessária renovação da Igreja.

A Constituição da Primeira República (1891) espelhava as novas ideologias políticas inspiradas pelo Positivismo introduzido no Brasil nos meados do século. No artigo 72 par. 6º estabelece: "Será leigo o

ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. Como em outros países, a interpretação laicista provoca também no Brasil muitas polêmicas. O Episcopado empenha-se em defender o ensino religioso na escola. Apela para o princípio da liberdade religiosa. Nesta perspectiva o ensino da religião na escola é apresentado como um direito do cidadão.

A **Revolução de 30**, por decreto de 30 de abril de 1931, abre espaço ao ensino religioso na escola pública. Não foi, porém, uma conquista pacífica. A Assembléia Nacional Constituinte registra acalorados debates a favor e contra. Mas em 1934, a nova Constituição, no seu artigo 153, reconhece o direito ao ensino religioso, nos seguintes termos:

“O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”.

O **Estado Novo** (1937-1945) oferece uma nova Carta Magna, outorgada em 1937, que simplesmente permite o ensino religioso na escola pública:

“O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos” (Art. 133).

A **3ª República** (1946-1964), mantendo a separação entre Igreja e Estado, volta ao espírito de colaboração em função do bem comum, que caracterizava o regime da Revolução de 30. A Constituição de 1946 contempla o ensino religioso nos seguintes termos:

“O ensino religioso constituirá disciplina dos horários das escolas oficiais, é

de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável” (Art. 168).

O **Estado autoritário** (1964-1985), apesar das relações conflitivas com importantes setores e representantes da Igreja, mantém a obrigatoriedade do ensino religioso como disciplina na Constituição de 1967 e emenda constitucional de 1969:

“O ensino religioso de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio” (Art. 168).

O **período de transição** do regime militar ao novo regime (1985-1988) faz ferver Estado, sociedade e Igreja na busca do espaço democrático em que a participação de todos torna-se uma palavra de ordem. O Brasil já não é o mesmo do tempo anterior ao regime autoritário implantado em 1964. Se durante a sua vigência as forças opostas a ele escamotearam as divergências, absorvidas que estavam pelo protesto contra a opressão, o novo espaço de liberdade vê-se ocupado pelo pluralismo multicolor de correntes e ideologias, não somente no campo político e socioeconômico, mas também no campo cultural.

Esse pluralismo torna-se manifesto também em relação ao ensino religioso na escola pública. Se de um lado continuam as atitudes de defesa e de oposição inspiradas nas motivações herdadas de contextos políticos anteriores, embora com acentuações diferentes, de outro lado começam a pesar as mudanças culturais que afetam o próprio conceito de educação. Entre os que se opõem ao ensino religioso insiste-se no caráter “laico” da escola pública. Se com esta expressão se quer acentuar a importância da liberdade, o respeito pelo educando, a rejeição de qualquer manipulação, só nos resta concordar com ela. Embora a prática nem sempre confirme os

postulados, estes se aproximam bastante da concepção cristã de Deus.

Os argumentos contrários ao ensino religioso na escola pública têm algo de obsoleto e anti-histórico. A propósito lembremos o que escreveu um autor laico: “pensamento laico significava sobretudo a dúvida também a respeito das próprias certezas, a capacidade de não se sentir jamais detentores de uma iluminação definitiva e de desmistificar tal pretensão, latente em cada um, em primeiro lugar em si mesmos”.² O que surpreende é que em ambientes de vários setores religiosos, mesmo da própria Igreja católica, principalmente entre os próprios educadores, não há uma visão homogênea da identidade e da prática do ensino religioso na escola pública. Muitas vezes, porém, trata-se de pontos de vista complementares ou de uma constatação da impossibilidade de reduzir à uniformidade as diversidades que decorrem de situações concretas diferentes.

Depois de muitas discussões a favor e contra, que dessa vez envolveram muitas entidades e organizações fora do Congresso Nacional, chegou-se a formular o artigo 210 par. 1º da Constituição de 1988:

“O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.

A formulação oferece, na verdade, um espaço bastante vasto para abrigar as mais variadas concepções e práticas de ensino religioso, não sem perigo de seu esvaziamento. Existem muitas interpretações de acordo com as correntes ideológicas como já se depreende das leis conseqüentes nos Estados e Municípios. Neles podemos afirmar que, com raras exceções, a legislação tende a ser restritiva em relação ao ensino religioso.

Em 1989, constituída a Comissão de Educação na Câmara dos Deputados, ini-

ciaram-se os trabalhos de elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O projeto na sua primeira versão estabelecia:

“O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, oferecida segundo as opções confessionais manifestadas por grupos que representam pelo menos um quinto do alunado, e ministrada por orientadores religiosos designados pelas respectivas Igrejas, sem ônus para os cofres públicos, e assegurando-se atividade alternativa para os demais alunos” (Art. 52-III).

O capítulo VII, ao especificar o tratamento dado aos componentes curriculares, omite o ensino religioso, que na nova Constituição consta como disciplina dos horários normais das escolas públicas. A Presidência e a CEP da CNBB, em reunião de setembro de 1989, redigiram e aprovaram uma emenda ao projeto da LDB, propondo acréscimo de um novo artigo nos seguintes termos:

“O ensino religioso, como componente integrante da oferta curricular, evidenciará o sentido existencial do ser humano em relação a si mesmo, aos outros, ao mundo e a Deus, na busca de seu sentido último, fazendo a síntese entre ciência-cultura-fé”.

O artigo 52 – III do projeto praticamente reduzia o ensino religioso a um simples favor concedido a grupos religiosos. Ao discriminar o ensino religioso, discriminava igualmente seus professores não só do ponto de vista profissional, mas também social. Daí a proposta da CNBB de uma alteração do artigo em questão:

“O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários das escolas públicas de educação básica, respeitada a opção confessional do educando, e ministrado por professores formados em cursos específicos, recebendo o

tratamento comum a todos os componentes curriculares”.

A segunda versão da LDB, do relator deputado Jorge Hage, não correspondeu às expectativas:

“Art. 50 - III - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, podendo ser oferecido em uma das seguintes modalidades, para os alunos que manifestem livremente, por si ou seus respectivos responsáveis, esse interesse e assegurando-se, em qualquer hipótese, atividade alternativa para os demais alunos:

a) Em caráter interconfessional, enfatizando os princípios éticos, de justiça e solidariedade, comuns às diversas religiões, sem tanger a esfera da confessionalidade específica de qualquer credo, ou assumir função catequética, integrado ao currículo escolar como dimensão necessária à formação integral para os que entendem a religiosidade e a abertura ao transcendente como um dos componentes da natureza humana;

b) Segundo as opções confessionais manifestadas pelos alunos e ministrado por orientadores religiosos designados pelas respectivas organizações religiosas, sem ônus para os cofres públicos.

IV - Os conteúdos programáticos do ensino religioso, quando organizados na forma prevista na alínea “a” do Inciso anterior, serão elaborados pelo Sistema de ensino respectivo, com assessoramento das diversas entidades religiosas interessadas, reunidas ou não, em organizações interconfessionais de educação, vedada qualquer espécie de exclusão de caráter discriminatório contra qualquer credo”.

A nova versão do projeto continuava a discriminar o ensino religioso confessional e os seus professores. Por essas razões, a CNBB apresentou, em fins de junho de

1990, outra proposta de emenda. Essa, embora não aprovada na íntegra na Comissão de Educação, conseguiu uma nova redação do artigo 50 na terceira versão do projeto da LDB:

“O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, podendo ser oferecido de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis:

a) em caráter confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas;

b) em caráter interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

Par. 1º - Os Sistemas de ensino se articularão com as entidades religiosas para efeito da oferta do ensino religioso e do credenciamento dos professores ou orientadores.

Par. 2º - Aos alunos que não optarem pelo ensino religioso será assegurada atividade alternativa que devolva os valores éticos, o sentimento de justiça, a solidariedade humana, o respeito à lei e o amor à liberdade”.

Este mesmo texto foi aprovado, em dezembro de 1990, na Comissão de Finanças e Tributação, tendo como relatora a deputada Sandra Cavalcanti. No corrente ano de 1991 na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, foi elaborado um projeto de subemenda substitutiva da LDB, tendo como relator o deputado Edevaldo Alves da Silva. O artigo 50 (agora 49) é mantido, com exceção do parágrafo 2º que é omitido. Esta última redação levantou discussões em torno da constitucionalidade das emendas, o que fez paralisar os traba-

lhos do projeto da LDB. Ao que parece, deverão recomeçar da estaca zero.

Não será supérfluo citar uma palavra do papa João Paulo II:

“Aos responsáveis sociais, em particular às autoridades políticas de cada um dos países, a Igreja exprime a firme convicção de que o ensino religioso, longe de ser um fato puramente privado, se põe como serviço ao bem comum. A realização desse ensino garante direitos de consciência fundamentais, que seriam feridos por toda a forma de marginalização e menosprezo. É imperioso, portanto, que sejam definidas claramente normas legislativas e ordenamentos institucionais de modo que assegurem — no plano da presença, dos horários e da organização escolar — as condições para um efetivo e digno desenvolvimento do ensino da religião na escola pública, segundo o princípio da sua igual dignidade cultural e formativa com as outras disciplinas, que não está de modo algum em contraste com o rigoroso respeito da liberdade de consciência de cada um”.³

O vai-vem dos debates sobre o ensino religioso está intimamente ligado às discussões sobre *o conceito e a finalidade da própria educação e o papel da escola pública*. As tendências nesses debates revelam-se, em geral, contrárias ao ensino religioso na escola pública. É importante que haja consciência clara dos motivos que levam alguém a posicionar-se a favor ou contra o ensino religioso nas nossas escolas públicas, pois favorece a reflexão sobre a sua identidade.

II. A IDENTIDADE DO ENSINO RELIGIOSO

Nos últimos anos realizaram-se, em vários níveis, encontros de educadores, interessados no ensino religioso, com o intuito de definir a sua identidade. Na época

da última Assembléia Constituinte ouviam-se da parte de seus membros queixas justificadas: como podem querer que a Constituição admita o ensino religioso na escola pública, se ninguém nos diz em que ele consiste? É claro que um texto legislativo exige definições precisas. Existe, porém, uma dificuldade. Os termos de uma definição do ensino religioso não são termos característicos de ciências exatas, uma vez que o ensino religioso trata de respostas a questionamentos existenciais. A sua interpretação exige mais do que um simples saber jurídico. Uma definição do ensino religioso é oferecida na Nota de agosto de 1988, do Conselho Permanente da CNBB:

“... Pode-se considerar o ensino religioso como processo de educação da dimensão religiosa de educadores (pais e mestres) e educandos, no pluralismo da escola oficial, para ajudá-los a dar uma resposta pessoal a Deus no quadro da sua comunidade religiosa e encontrar o sentido último da sua existência.

“O quadro de referência do ensino religioso consiste nos valores fundamentais da vida humana, iluminados pelos Livros Sagrados e pela Tradição religiosa dos alunos, o que, para os católicos, implica a verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o Homem”⁴.

Conforme a Constituição (art. 205) a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, visa ao pleno **desenvolvimento da pessoa**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Em que consiste o desenvolvimento pleno da pessoa, e, por conseguinte, a sua educação integral? Aqui as respostas podem variar e mesmo divergir de acordo com a visão que se tem do homem e do mundo e, portanto, dos valores em cuja função se define a educação. Em todo caso, aparece aqui um elemento antropológico que nós chamamos de **abertura do ser humano ao Transcendente**.

Há correntes que negam à escola a tarefa de educar. O que lhe caberia é ensinar a ler, escrever, contar, adquirir um mínimo de conhecimento de ciências sociais, físico-química e matemática. É preciso tirar da escola tarefas que oferecem espaço a certos modismos educacionais que lhe impedem o cumprimento da sua missão primordial. Não convém desperdiçar o tempo, já tão restrito, que o aluno passa na escola. É uma posição radical que propugna pela eliminação não só do ensino religioso mas também da moral e cívica, filosofia, educação artística e outras. Alguém poderia perguntar: na escola o aluno vai aprender a ler o quê? Escrever o quê? Qual é o sistema econômico em função do qual aprende a contar? Ler, escrever e contar, enquanto verbos transitivos, *nos fazem mergulhar numa determinada visão do homem e hierarquia de valores.*

Na educação escolar existe sempre a presença de valores ou contravalores. Eles estão presentes nos livros, no currículo, nas diretrizes emanadas dos poderes Legislativo e Executivo, na relação professor-aluno, nas provas e, de modo particular, na metodologia e no comportamento do professor. A **educação em valores** é um elemento constitutivo de todo processo educativo. Este processo deve proporcionar o desenvolvimento qualitativo da pessoa e desembocar na definição dinâmica da sua identidade. Tanto mais necessária será a formação em valores quanto mais aumentam os riscos de submeter o indivíduo a uma perfeição funcional da técnica, com o triunfo do método sobre o sujeito. É evidente que em tal concepção de ensino não há espaço para o compromisso ético.

É importante frisar que o ensino religioso deve ser administrado **dentro das finalidades e métodos específicos da escola.** Isso significa que a religião, no caso do cristianismo, o conhecimento e o conteúdo da fé sejam transmitidos como fato de cultura⁵. A cultura, de acordo com um

conceito objetivo, abrange três relações fundamentais do homem; com a natureza sobre a qual exerce a sua criatividade; com os demais mediante o progresso dos costumes e das instituições; com Deus mediante a prática religiosa. Lembra-nos o documento de Puebla que "o essencial da cultura é constituído pela atitude com que um povo afirma ou nega uma vinculação religiosa com Deus, pelos valores ou desvalores religiosos". Trata-se de valores que dizem respeito ao sentido último da vida. A religião ou a irreligião são inspiradoras de todas as outras dimensões culturais como a familiar, econômica, política, artística etc⁶. A dimensão religiosa está arraigada no próprio tecido histórico e cultural do nosso povo. Tem as suas limitações, mas também suas potencialidades em relação à sua identidade e originalidade histórica.

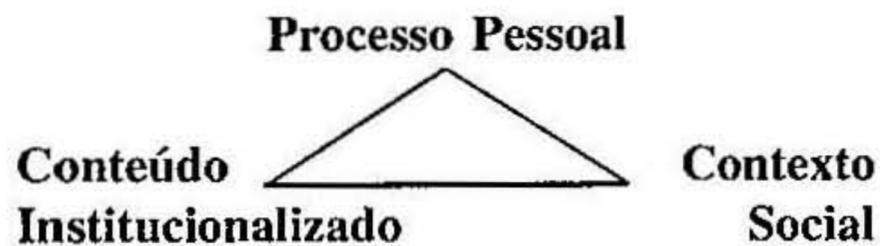
O homem adquire identidade *aceitando como princípio de seus pensamentos e de seus atos valores que constituem um conjunto coerente.* Quando tal coerência de valores não existe no ambiente cultural em que vivem, facilmente faltará à criança e ao jovem acesso a uma base em que possam estabelecer a sua própria identidade e um modo pessoal de relacionar-se com o mundo. Tudo isso é fonte de ansiedade e faz prevalecer uma cultura fragmentada, dirigida ao "levar vantagem", incapaz de gerar grandes projetos e corajosos impulsos. Na escola que proclama a validade exclusiva do princípio de verificação empírica, permanece inexpressa ou sem respostas adequadas a pergunta central sobre quem é o homem, sobre o sentido da sua vida e o fundamento da sua dignidade única e inviolável.

Quando se tranca a porta à dimensão transcendente e religiosa do homem, seca a fonte da verdadeira cultura. O valor do intuitivo, a subjetividade, a interioridade e a reflexão sobre o sentido da vida são consideradas inúteis. Ao suprimir esses

aspectos, eliminam-se do sistema de organização as instâncias críticas, as incógnitas que possam pôr a nu os modelos em que se confia e os interesses que estão no centro. Aos poucos estaremos numa gestão burocrática do saber.

Cada ser humano tem uma visão do homem, da vida e do mundo. É uma maneira de dar sentido à existência, de responder às perguntas fundamentais e de explicar as intenções mais profundas do seu agir. Essa visão não é estática, mas algo que se desenvolve através das próprias experiências da vida. Isso significa que é uma visão da vida. Isso significa que uma visão da vida está necessariamente sujeita a influências de fora. O que possibilita uma formação ou deformação da pessoa. Na realidade, a visão que alguém possui está sempre dentro de um quadro referencial que podemos chamar de "tradição", com seus conteúdos mais ou menos institucionalizados. Sem passado não podemos chegar a uma interpretação do presente. As pessoas com parentesco de visão articulam-se em movimentos, grupos ou instituições com variável grau de vinculação e de comum aceitação de determinadas expressões culturais. Além disso, no próprio contexto social em que estamos inseridos está sempre presente determinada visão do homem e do mundo. O que no nosso mundo acontece não depende simplesmente de uma lei biológica ou de fatores financeiros, mas depende, em grande parte, da visão que os homens envolvidos nos acontecimentos cultivam.

Na sua tarefa educativa, o professor de ensino religioso sempre atingirá, consciente ou inconscientemente, esses três níveis em que uma cosmovisão, com a sua escala de valores, se apresenta: 1) como processo pessoal em termos cognitivos, afetivos, atitudinais, 2) como conteúdo institucionalizado, 3) como contexto social. Entre estes três pólos existe uma interação.



Hoje em dia, essa interação é mais difícil de ser programada e controlada devido ao pluralismo que atinge também a escola. No nosso Brasil temos mundos muito diversificados. Enquanto nas cidades se deixa sentir fortemente a influência da modernidade com seus relativismos, em regiões mais rurais existe ainda a visão de um mundo cíclico que é menos dispersiva e questionadora. Tudo isso recai nos interrogativos de sentido que o homem traz dentro de si. Por essa razão a metodologia e a linguagem não devem ser uniformizadas. O importante é que o professor de ensino religioso saiba captar as mensagens que os alunos emitem para ajudá-los no desenvolvimento de sua personalidade, que junto com o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho constituem as metas gerais da educação⁷.

A ciência humana em si não pode revelar o sentido da vida. É sintomático que o homem nunca se sentiu tão inseguro como no clima atual de significativo progresso científico e tecnológico. Não queremos negar a importância e a necessidade do desenvolvimento nesta área. Mas quando a ciência e a técnica não contribuem para a sabedoria humana, elas fazem com que o homem viva orientado mais para o produto do que para o sentido. O ensino religioso na escola pública tem o objetivo de ajudar o aluno na descoberta de uma chave de leitura da sua existência. É evidente que a escola não é a única instituição social que alimenta um sistema de valores. Temos a família, temos os meios de comunicação. Mas sabemos que essas instâncias são também freqüentemente atingidas pela crise de valores que caracteriza o nosso tempo. Quanto à família, não é

apenas a problemática da modernidade que sacode a sua instituição. Todos nós sabemos da situação em que vive grande número de famílias, sem recursos, frequentemente sem condições e espaço físico e afetivo para dar às crianças uma adequada educação. A escola se ressentida das consequências e se encontra diante de uma tarefa nada fácil. Principalmente porque ela mesma está ainda desprovida dos necessários subsídios para enfrentar os desafios da nossa fase histórica. Basta pensar na desqualificação social do magistério e da docência.

Tudo isso dificulta o ensino religioso, cujo papel só é pensável dentro de um processo global de educação. Processo que não pode passar por cima de um mundo pluralista e contraditório em muitos de seus posicionamentos. O ensino religioso deverá ajudar o aluno a aprender a viver neste mundo sem esgotar as suas reservas interiores e lutar pela sua transformação para criar um mundo mais justo, mais solidário e mais fraterno.

III. ENSINO RELIGIOSO CONFSSIONAL?

É grande a discussão, mesmo entre professores católicos, sobre a legitimidade ou, pelo menos, sobre a conveniência da confessionalidade do ensino religioso na escola pública.

Em alguns Estados do Brasil optou-se pelo ensino ecumênico ou interconfessional, que reúne as várias denominações cristãs. Trata dos temas que são comuns às várias confissões cristãs que se organizam para usar o espaço concedido pelo Estado nas escolas públicas. Os temas conflitivos, em termos especificamente confessionais, devem ser tratados nas respectivas igrejas. A experiência mostra que o ensino religioso interconfessional, em geral, só consegue reunir católicos e evangélicos históricos.

O ensino religioso como "educação para valores religiosos de base" reúne professores e alunos sem distinção de religião. É um diálogo inter-religioso que encontra defensores principalmente em regiões onde a presença de religiões afro-brasileiras faz sentir sua influência. Reconhece a dimensão transcendente da liberdade humana que encontra uma referência axiológica nos valores humanos da verdade, justiça, paz, amor, solidariedade, tolerância, não-violência etc. Recorre-se à sabedoria milenar dos povos e aos livros sagrados das diversas religiões.

Diferente é a visão do ensino religioso como "cultura religiosa", cuja meta é o conhecimento objetivo das religiões com ênfase no judaísmo, no cristianismo e nas religiões de origem africana.

O ensino religioso confessional encontrou apoio no último projeto da Lei de Diretrizes e Bases, em nível federal, como também em algumas Constituições estaduais e Leis orgânicas de municípios. Em certos casos, são explicitadas a Igreja Católica, as Igrejas evangélicas e a Religião judaica. Há, porém, outros grupos que surgem para reivindicar os mesmos direitos. É o caso do espiritismo, do candomblé e outros.

Na prática, o ensino religioso confessional é frequentemente confundido, pelos próprios professores, com catequese. Em vários pronunciamentos, o Papa João Paulo II insistiu na distinção entre catequese e ensino religioso na escola. O ensino religioso prepara e complementa a catequese enquanto incentiva os alunos a inserir-se na sua comunidade de fé e desperta para a descoberta de valores humanos. Ainda no discurso recente, já citado, o Santo Padre afirma que "a formação integral do homem, meta de todo o ensino da religião católica, deve ser realizada segundo as finalidades próprias da escola, fazendo com que os alunos adquiram uma motivada e cada vez mais ampla cultura religiosa"⁸.

A questão da legitimação teórica do ensino religioso confessional na escola pública continua a dividir os ânimos. Os opositores se apóiam em diversos argumentos. Alguns insistem no fato de que a escola oficial é gratuita e laica. Ela não pode privilegiar certas igrejas e correntes religiosas. Faltariam, inclusive, recursos humanos, materiais e estruturais para atender a todos os grupos presentes no pluralismo religioso.

Ao levar em consideração a precariedade do nosso sistema educacional e da Escola pública, devemos reconhecer as dificuldades práticas que o ensino religioso encontra. Sabemos que, mesmo em lugares onde encontra o amparo da legislação, o ensino religioso confessional não é respeitado. Descuido prático que, no entanto, oculta, freqüentemente, preliminares de ordem ideológica. Existe ainda o equívoco de que o ensino religioso significa inculcar dogmas e submeter-se a hierarquias em vez de abordar, de um modo crítico e sistemático, a cultura religiosa. É uma lástima que o ensino religioso, no nosso país, se limite ao ensino fundamental. Os nossos jovens perdem uma ocasião preciosa e rara para melhor compreender a realidade em que vivem e, portanto, para fazer opções mais livres e motivadas, também em matéria de religião.

Certamente não decorre do caráter laico da nossa escola pública a obrigação de negar a interrogação religiosa ou, pelo menos, a interrogação a respeito do destino e o sentido da vida do homem, inscritos na estrutura profunda da pessoa. Do contrário deixaria de ser laica, no sentido aceitável da palavra. Tampouco pode a escola deixar de considerar a cultura religiosa e os princípios do catolicismo como parte integrante do patrimônio histórico do povo brasileiro. Neste momento histórico nacional em que tanto se fala da necessidade da moralização do Estado e da Sociedade, seria uma contradição impedir que os valo-

res espirituais e éticos sejam transmitidos às novas gerações, como fundamento da sua formação cristã, cultural e civil.

A Constituição do Brasil fala da gestão democrática do ensino público como um dos princípios em base dos quais o mesmo ensino será ministrado⁹. O pluralismo que existe não desfaz o sentido de comum pertença a este estado, a esta sociedade civil, a esta escola. O ensino religioso é, por sua própria natureza, um assunto delicado em relação à consciência. Por essa mesma razão torna-se pedra de toque para a maturidade civil e democrática. É, porém, preciso que o pacto de convivência se apóie em razões e valores que transcendem o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas. Inclusive neste ponto o ensino religioso cristão poderá dar grande contribuição. Quanto mais se penetra no mistério de Jesus Cristo e de sua Palavra, tanto mais se descobre o seu alcance universal. Mas é bom lembrar que maturidade democrática supõe respeito leal às regras estabelecidas e empenho em promover um fecundo diálogo. Quanto ao relacionamento entre as diversas confissões religiosas, é preciso que o ensino religioso confessional esteja aberto a temáticas ecumênicas. Nunca haverá verdadeiro ecumenismo sem consciência da própria identidade e respeito à identidade do outro. É o único caminho para o conhecimento recíproco, para a superação de preconceitos, tão manifestos em várias formas de proselitismo. O empenho pela busca sincera da unidade querida pelo Senhor redundará na união e na solidariedade dos brasileiros em torno dos reais interesses da Nação.

A escola não é uma transmissora de idéias mas de valores. Não negamos que entre idéia e valor exista uma ligação muito íntima. Certamente não nos termos adotados por uma filosofia idealista que identifica valores com simples idéias sem concretude¹⁰. O homem não é mendigo de

idéias, ele é mendigo do ser. O valor não tem sentido se não for percebido e traduzido na vida. Isso faz com que o homem, ao defrontar com a realidade, emita um juízo de valor. O juízo de valor resulta do encontro entre a objetividade do ser e a subjetividade da pessoa. São como dois pólos em constante tensão, que leva a pessoa a progredir na visão das coisas na medida em que vai crescendo. Na subjetividade da pessoa há todo um conjunto de elementos, recebidos e conquistados, que influenciam o juízo de valor que ela emite e a escala de valores que ela tem como referência para a sua vida e o seu agir. É claro que uma pessoa corrupta tem outra hierarquia de valores que uma pessoa honesta. No primeiro caso, a hierarquia de valores estabelecida subjetivamente não corresponde à escala objetiva dos valores. Na ordem do ser há uma gradação de valores. A pessoa humana vale mais que o dinheiro que ela possui. Se a Constituição brasileira diz que a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, ela afirma que esse pleno desenvolvimento é o critério fundamental para a correta hierarquização dos valores que a escola deve transmitir¹¹.

O ensino religioso sempre estará fundado numa visão antropológica. No humanismo cristão a plena realização da pessoa, a sua abertura para o Transcendente se verifica na sua abertura para Deus que manifestou a sua bondade em Jesus Cristo. É Jesus Cristo que revela ao homem o próprio homem, como diz o Concílio Vaticano II. Para o cristão *a fé não é um aditivo ao humanismo*. Ela marca o humanismo desde a sua raiz. O que sem dúvida é determinante para a escala de valores que o cristão cultiva. Para ele é uma questão de identidade e também de cultura. O ensino religioso confessional quer ajudar o aluno neste processo de seu próprio desenvolvimento humano dentro das finalidades da escola. Ninguém pode negar que se trata de um direito humano fundamental.

Fala-se muito de crise de valores. Há quem aponte para a modernidade como uma cultura que não oferece valores¹². O conceito de modernidade traria em si uma oposição a qualquer identidade cultural enquanto estrutura autoconsciente e estável que requer determinados comportamentos. Crise que atinge inclusive as ideologias totalitárias como se vê no desmoronamento do marxismo. Cambaleia o conceito clássico de verdade como proposição que espelha objetivamente a realidade externa. Uma crise que torna o homem consciente dos limites do seu saber e da incompreensibilidade da sua situação existencial. Disso decorre a percepção da sua impotência. Percepção que se acentua diante dos problemas das guerras (pensemos na recente guerra do Golfo Pérsico), da energia nuclear, da fome que atinge milhões de seres humanos, da destruição ecológica. A ausência de fundamentos absolutos, de valores religiosos, a fragmentação do saber sem um princípio diretivo superior provocam desorientação nas pessoas e na sociedade. É uma situação que não é completamente estranha a nós que vivemos no contexto latino-americano, onde a religiosidade popular ainda faz viver a partir de certezas culturais. Será que esta experiência da precariedade e da impotência ajudará na nova descoberta da dimensão ética? Novos movimentos religiosos, práticas de magia e de superstição, também em classes sociais mais favorecidas, são sintomas que vão além do tradicional sincretismo religioso que, de alguma maneira, sempre caracterizou o nosso povo. É uma busca de certezas dadas na falta de identidade religiosa própria. Certezas que, freqüentemente, dispensam o engajamento a favor da história dos homens.

A Igreja, "ainda que não tenha sempre resposta imediata para todos os problemas, deseja unir a luz da revelação com a perícia de todos, para que se ilumine o caminho no qual a humanidade entrou recente-

gações a respeito do sentido da vida da pessoa e da história da humanidade. As interrogações e respostas “de sentido” os alunos trazem dentro de si. O ensino religioso mostrará o rumo para fazê-las amadurecer na descoberta e na vivência dos valores de fé e de humanidade.

No centro do ensino religioso está a pessoa do aluno que deve ser ajudado a “reconhecer a componente religiosa como fator insubstituível para o seu crescimento em humanidade e em liberdade”¹⁶. O professor de ensino religioso se encontra diante dos alunos com toda a sua pessoa, com suas opções e convicções. Só pode transmitir-lhes algo de importante, se for importante para ele mesmo. Ao mesmo tempo, porém, não é o professor com suas convicções que está no centro para testemunhar a verdade que ele encontrou para si mesmo. Verdade dele que deve ser acolhida pelo aluno. De outro lado, o professor de ensino religioso não pode ser um simples transmissor de sistemas de visão da vida como se tratasse de uma realidade neutra. Do contrário, seria como um policial rodoviário que regula o tráfego, indiferente à direção que alguém escolhe; contanto que escolha! Isso exige do professor originalidade, não simplesmente em termos de técnicas didáticas e pedagógicas, mas da sua própria identidade profunda. Se da parte dele não houver busca e caminhada neste sentido, haverá facilmente desrespeito ao aluno, e o ensino religioso não passará de transmissão de receitas e clichês.

Enquanto o ensino religioso continuar a ser considerado como apêndice dentro do processo educativo global da escola, será difícil realizar o seu objetivo. Talvez deva-

se começar a lutar pelos plenos direitos do professor de ensino religioso, compartilhados, em razão da sua profissão, com os outros professores. Será um estímulo para que os mesmos professores de ensino religioso levem a sério a sua preparação e contínua tarefa que desempenham na escola pública. Cumpre, outrossim, insistir no seu entrosamento com os professores das outras matérias escolares tendo em vista o desenvolvimento integral dos alunos.

Ser professor de ensino religioso é, sem dúvida, uma tarefa nada fácil. Não faltam momentos e fases de desânimo, porque nela confrontamos freqüentemente com nossas próprias limitações diante dos desafios inerentes à nossa missão nos dias de hoje. São momentos em que a dimensão religiosa da nossa própria vida se transforma em questionamento e apelo. Apelo a uma espiritualidade de acordo com o nosso engajamento. Quem sabe, falta-nos aquele espaço interior tão necessário para a “eficácia” do nosso trabalho de educadores. É preciso descobrir que cristão-católico não é um adjetivo descartável, uma coincidência em relação à nossa profissão de professores de ensino religioso. Não como dado de crachá ou fichário, mas como consciência de uma identidade mais profunda. Identidade em cuja raiz há uma presença, presença de uma Palavra, aquela Palavra de que fala São João no início de seu evangelho: “Tudo foi feito por meio dela e, de tudo o que existe, nada foi feito sem ela”. O contato assíduo com esta Palavra do Deus educador, de acordo com a genuína tradição da Igreja, nos fará descobrir, professores e alunos, a radical igualdade de todos os homens e o verdadeiro horizonte para o sentido da nossa liberdade.

NOTAS

1. Para a história das legislações anteriores à Constituição de 1988, recorremos ao texto pró-manuscrito do GRERE-CNBB: O ensino religioso nas Constituições brasileiras e legislações de ensino conseqüentes, Brasília 1987.
2. C. MAGRIS, *Il segno vero del laicismo*, citado em GIANDOMENICO MUCCI, SJ, "Crisi della modernità e crisi delle culture" *Civiltà Cattolica* 1990 IV, p. 345.
3. Discurso aos participantes do Simpósio sobre "O ensino da religião católica na escola pública", promovido pelo Conselho das Conferências Episcopais da Europa, 15 de abril de 1991 em *L'Osservatore Romano* (edição em português), 21/04/91, p.9.
4. CONSELHO PERMANENTE DA CNBB, Nota sobre o ensino religioso, em Comunicado Mensal da CNBB, 31 de Agosto de 1988 (37), P. 1184-1185. A mesma Nota apresenta os seguintes aspectos da finalidade do ensino religioso:
 - a) O ensino religioso é qualificado preâmbulo para a catequese e também reflexão posterior sobre os conteúdos da catequese já adquiridos.
 - b) Motivar para o engajamento numa comunidade de fé e inserção no mundo.
 - c) Transmitir as verdades fundamentais da fé.
 - d) Ajudar a desenvolver o senso crítico e a responder às questões existenciais no desenvolvimento psico-sócio-político e cultural numa dimensão libertadora da fé.
 - e) Fazer a síntese entre fé e vida, conhecimentos e valores transmitidos na escola.
 - f) Promover a integração do ensino religioso no conjunto do processo escolar.
5. *L'Osservatore Romano*, 21/04/91, p. 9.
6. Puebla, 389.
7. Constituição do Brasil, art. 205.
8. *L'Osservatore Romano*, p. 9.
9. Constituição do Brasil, art. 206, VI.
10. DOM LUCAS MOREIRA NEVES, "Os valores e o Homem", em *Jornal do Brasil*, 18/09/91. p.11.
11. Constituição do Brasil, art. 205.
12. GIANDOMENICO MUCCI, SJ, "Crisi della modernità e crisi delle culture", em *La Civiltà Cattolica* 1990 IV, p. 337, 345.
13. *Gaudium et Spes*, 33.
14. Cf. HERVÉ CARRIER, SJ, "Lo studio psicosociale dell'identità religiosa" em *La Civiltà Cattolica* 1991 II, p. 154-162.
15. *L'Osservatore Romano*, p. 9.
16. *Ibidem*.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. Na nota de agosto de 1988, do Conselho Permanente da CNBB, foi definido o Ensino Religioso como "o processo de educação da dimensão religiosa de **educadores (pais e mestres)** e educandos, no pluralismo da escola oficial, para ajudá-los a dar uma resposta pessoal a Deus no quadro de sua comunidade religiosa e encontrar o sentido último da sua existência". Você percebe em sua realidade pastoral esta atenção de religiosos envolvidos com o Ensino Religioso para com os educadores, principalmente por ser eles que estão mais próximos dos educandos?
2. É grande a discussão, mesmo entre professores católicos, sobre a legitimidade ou, pelo menos, sobre a convivência da confessionalidade do ensino religioso na escola pública. Para alguns, "o ensino religioso deve ser educação para valores religiosos de base", reunindo professores e alunos sem distinção de religião. Que vantagens e desvantagens você percebe neste posicionamento?
3. O Papa João Paulo II afirma que a fecundidade do ensino da religião e a sua capacidade de incidir na mentalidade e na cultura de vida de tantos jovens dependem em larga medida da paixão educativa que os anima. Isso supõe um sinal vocacional específico naqueles/as que se propõem esta diaconia. Você percebe preocupação com esta questão em seu âmbito pastoral diocesano?

ELEMENTOS PARA REFLETIR A CONJUNTURA NACIONAL

Pe. José Ernanne Pinheiro
CNBB - Brasília/DF

A globalização da economia se torna irreversível. É um grande desafio já instalado com variadas expressões sinalizando uma Nova Ordem Mundial.

INTRODUÇÃO

O objetivo da nossa reflexão sobre a Conjuntura Nacional não é só obtermos mais informações sobre a realidade nacional. Também somos interpelados diante dos **sinais dos tempos** como **sinais de Deus**, para um compromisso com a vida, com a promoção humana. Concretização dos laços profundos entre evangelização e libertação integral (EN 31). A ótica dessa ação evangelizadora é a mesma de Jesus — a opção pelos pobres — “firme e irrevogável” (Papa João Paulo II, inauguração de Santo Domingo, n.16). Isso porque “Jesus, para sublinhar que o Reino de Deus destina-se a todos, aproximou-se sobretudo daqueles que eram marginalizados pela sociedade, dando-lhes preferência, ao anunciar a Boa Nova” (cf. RMi 14). Também porque os “pobres são os juízes da vida democrática de uma nação” (Exigências Éticas da Ordem Democrática, CNBB, 1989, n. 72). Buscamos solidificar a democracia como simultânea realização e valorização da dignidade da pessoa huma-

na e sua participação em todas as decisões que dizem respeito a toda a sociedade.

“A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno...” (CA 46).

Nossa reflexão tem quatro partes:

1. O BRASIL NA ENCRUZILHADA
2. O BRASIL NO CIRCUITO INTERNACIONAL
3. ALTERNATIVAS PARA O BRASIL
4. PRESENÇA PÚBLICA DA IGREJA

1. O BRASIL NA ENCRUZILHADA

A nota da CNBB “Hora de Grande Decisão”, Itaici/94, diz: “A ninguém escapa a singular importância, a abrangência e a repercussão, mesmo além de nossas fronteiras, das **eleições gerais que tivemos**. Com efeito, do resultado delas dependerá, em grande parte, o futuro imediato do Brasil”.

Estas eleições trazem no seu bojo exigências de definições básicas para o Brasil no final do milênio. Dupla interpelação se impõe neste processo eleitoral: o escândalo da disparidade social e a necessidade de

alternativas para o país à luz de critérios éticos. A concentração de renda em ascensão produz conseqüências graves — os pobres cada vez mais empobrecidos —, desafiando decisões políticas conseqüentes. Também está se firmando a convicção de que a raiz mais profunda da crise do país é de ordem ética. Essa compreensão vai permitindo identificar melhor os desmandos causados pela ausência de ética e, ao mesmo tempo, suscita uma reação salutar para exigir valores morais na atividade política, econômica e social. Cenários novos se descortinam com interrogações pertinentes: qual o modelo de desenvolvimento a ser implantado pelo novo governo? Qual o grau de adesão à globalização da economia de mercado? Que concepção de estado se afirmará? Como será considerada a dívida social?

Um dos mais conhecidos estudiosos do Brasil, na Europa, Ignacy Sachs, em recente viagem ao nosso país, fez afirmações como estas: “O Brasil é um país dotado de enorme potencial, que continua quase intacto, mas a braços com problemas sociais que se acumulam a ritmo preocupante. Qualquer que seja o vencedor do próximo pleito presidencial, terá de enfrentar uma situação difícil por causa da necessidade premente de atacar as raízes do mal-estar social do País...” (ESP. 7/8/94).

1.1. O censo de 91 — olhar o Brasil de frente

O censo de 91 nos oferece dados novos e significativos para olhar o Brasil de frente. Com três anos de atraso, os resultados do IBGE/91 (ainda não totalmente completos) mostram, pelos jornais, que o nosso país está mudando de rosto.

O país cresce, cada vez menos, em população. Há trinta anos, o aumento do número de habitantes, por ano, equivalia a quase 3% da população. Pelo censo atual

corresponde apenas a 1.9%. Constata-se, no entanto, muita desigualdade no crescimento populacional entre as regiões mais ricas e as mais pobres. O Estado que mais cresceu, na última década, foi Roraima, com 9,63%; o de menor taxa foi o Paraná com 0,93%.

Um dado impressionante se refere à taxa de fertilidade da mulher brasileira: em 1970, cada mulher tinha em média 5,7 filhos; conforme o censo de 91, só 2,5 filhos, isto é, menos da metade. Ao mesmo tempo, cresce a idade média em 16% em dez anos. Em 1980, o brasileiro médio tinha 18 anos, agora, 21 anos. Há um envelhecimento da população, com conseqüências previsíveis.

Percebe-se, também, uma mudança da rota migratória no país. As capitais do Nordeste passaram a abrigar as levas de migrantes que, até a década de 70, iam para o ABC paulista ou para os morros do Rio de Janeiro. O problema é que nas capitais do Nordeste aumentou a população mas não aumentaram os serviços. **Fortaleza** cresceu 3,48%, mas é a cidade que apresenta piores indicadores sociais: 64% das crianças estão em domicílios com rendimento mensal até dois salários mínimos e 87% das crianças até 6 anos estão em domicílios com esgoto inadequado. **Salvador** da Bahia cresceu 3,18%, passando Belo Horizonte como terceira capital mais populosa do país. No entanto, Salvador cresceu também no empobrecimento: tem hoje 540 favelas.

Pelo censo, ao contrário do que se esperava, o nível de escolaridade melhorou. O número de analfabetos, 25% da população em 1980, caiu para 20%. Em contrapartida, a saúde média do brasileiro piorou nestes dez anos.

Esses dados poderão influenciar nas metas de governo dos eleitos em outubro?

1.2. Desafios políticos e econômicos

1.2.1. O processo eleitoral

O evento “eleições” proporciona um processo conscientizador, porque faz desencadear uma reflexão coletiva sobre as necessidades e possibilidades do país ao desnudar os seus problemas agudos. É uma oportunidade histórica para o amadurecimento da cidadania. O momento eleitoral provoca debates de especialistas nos vários campos de atividade da vida nacional, discussão sobre programas de governo, dados apresentados na propaganda televisiva ou nos comícios, confronto de modelos de desenvolvimento para o Brasil...

Também revela que o agir político é imprescindível e uma forma privilegiada para construir uma sociedade democrática. Sem ele, corremos o risco de cair no autoritarismo ou na ditadura. A participação político-partidária, no entanto, pode se efetuar de diferentes formas: desde o comparecimento às urnas para votar até a militância em partidos ou como candidato(a) a cargos legislativos e executivos.

Como avaliar o atual processo eleitoral?

A grande dificuldade para avaliá-lo é o clima de polarização que assumiu. Qualquer opinião, consciente ou inconsciente, vem envolvida pela opção ideológica ou toma imediatamente conotação partidária. Claro que as ciências políticas e a ética podem oferecer critérios objetivos para uma análise mais objetiva, mas nem sempre são discerníveis no jogo das emoções do embate eleitoral. O desejo de buscar atingir os eleitores leva o discurso político a se tornar mais aliciamento “eleitoreiro” do que proposta para discernimento. Voltam à tona sérios equívocos que, tradicionalmente, bloquearam as mudanças almejadas. Um destes equívocos é induzir o eleitor, através de promessas, a acreditar que ao eleger o Presidente está elegendo um “salvador da

pátria”, não considerando a agenda política real.

Para uma ação política realmente ética urge verificarmos:

- Como está sendo utilizada a máquina administrativa, de modo especial em nível estadual;
- Com que critérios os Meios de Comunicação Social estão atuando; manipulando de forma sutil ou subliminar? Qual o papel das pesquisas nas decisões?
- Como são feitas as alianças; seguimos as pegadas da rearticulação das elites para permanecerem no poder?
- Quais as possibilidades de articulação do Executivo e do Legislativo (o peso do Congresso) para garantir não só as discussões das causas reais da crise mas suas possíveis soluções...

Nos programas de propaganda gratuita, o discurso é muito semelhante: reforçar o papel do Estado, aumentar o nível do emprego, redistribuir renda, melhorar a educação, a saúde... Quais os critérios para distinguir perspectivas novas de simples promessas? Se não há políticas de Estado sem sacrifícios, como distribuí-los? As eleições deste ano são uma chance a mais para os discursos de mudanças que vêm se repetindo desde os anos 70.

1.2.2. O Plano real, o grande candidato

Já é patente que o Plano Real se tornou o grande candidato deste embate eleitoral. Também é perceptível que as pesquisas em favor do Plano expressam a sede da população por alternativas sérias para os problemas reais.

Um juízo ético sobre a inflação vem sendo feito ao ser valorizada a estabilidade da moeda. Resta ainda provar se as

exigências sociais serão supridas, quem paga a estabilidade da moeda. O Plano não previu mecanismos compensatórios para a dívida social. Estabilizar a moeda sem um modelo de desenvolvimento com exigências sociais levará ao crescimento da miséria como tem acontecido em alguns países latino-americanos.

O presidente Itamar Franco expressa, com entusiasmo, sua avaliação do primeiro mês do Real: "O primeiro mês do real traduz uma vitória singular do brasileiro. Mas é uma batalha, apenas, numa guerra na qual não nos podemos desmobilizar. A inflação baixa que já conseguimos não é o objetivo último das nossas ações. Ela é apenas o começo de uma transformação mais profunda da sociedade brasileira. Para que ela se sustente e consolide, é preciso manter a vigilância, persistir na estratégia adotada até aqui, fazer os ajustes necessários" (JB. 30.07.94).

O ex-ministro da Fazenda, Paulo Haddad, previra três momentos para o Plano Real já no dia do seu lançamento oficial:

"a. O mês de julho, quando se iria observar o nascimento de uma nova moeda, de maneira confusa. Além dos problemas operacionais, os índices divulgados seriam carregados da aceleração inflacionária de junho....

"b. O segundo momento, que deveria se estender por três ou quatro meses, o melhor momento do plano, no qual seriam registrados valores expressivos para as taxas de crescimento do consumo e de produção, num contexto de taxas inexpressivas de inflação.

"c. Um terceiro momento no futuro da nova moeda, quando, até o final do ano, pela ausência de um ajuste estrutural, deverá se reacender o braseiro que ficou incólume quando se tentou apagar a fogueira inflacionária. A intensidade do reacendimento deste braseiro e a forma como irá

afetar as expectativas dos agentes econômicos dependerão, de maneira fundamental, do rigor com que serão tratadas politicamente as novas regras monetárias, especificamente os limites para a remonetização da economia e para expansão da oferta do real..." (cf. JB. 01.07.94).

Neste contexto algumas objeções são feitas ao Plano:

a. Como o ajuste fiscal não foi feito, o plano de estabilização se transformaria em plano de passagem ou demais dependente do próximo governo.

b. O Plano poderia implicar perda de poder aquisitivo dos salários e congelamento, em nível perverso, da distribuição de renda entre lucros e salários...

Não é por acaso que já se fala na necessidade de mudanças na Constituição, via emendas, para prever uma base jurídica de sustentação do Plano: na reforma tributária, previdenciária...

1.3. A violência estrutural — o sistema de morte

O momento conjuntural em ebulição não pode esquecer a estrutura pesada de opressão que carregamos há séculos. Dois exemplos revelaram, ultimamente, a monstruosidade da violência que o sistema econômico-político pode ocultar: o tráfico de criança e o trabalho escravo. São temas que não podem ser omitidos na perspectiva do novo governo do Brasil.

Sobre o tráfico de criança: o **Jornal Correio Brasiliense**, DF, publicou, no final de julho, uma série de reportagens de grande impacto sobre a máfia que compra, seqüestra ou mata crianças do Terceiro Mundo para alimentar a indústria perigosa dos transplantes de órgãos. Há crianças brasileiras, argentinas, colombianas que sobrevivem, hoje, sem rins e sem córneas. Há dezenas delas que, adotadas por casais

estrangeiros, nunca chegaram aos novos lares, desapareceram no meio do caminho. A maioria dos governos prefere ignorar as dimensões dessa tragédia. Como diz o jornal é o "horror em nome da ciência". A questão tomou vulto na imprensa escrita e falada, foi discutida em vários órgãos oficiais, a CNBB tomou posição, o Ministro da Justiça determinou à Polícia Federal investigar a gritante violação dos direitos humanos... Que pode ainda ser feito para cortar o mal pela raiz?

Sobre o **trabalho escravo**: nos últimos anos, temos sido submetidos à vergonha de ver o Brasil, por várias vezes, interpelado por instâncias internacionais de Justiça pela existência do trabalho escravo. Vergonha não pela interpelação em si, mas porque ela significa não só a existência como a continuidade deste crime hediondo.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), no seu relatório de 1993, **CONFLITOS NO CAMPO — Brasil/93**, identifica 29 fazendas onde é explorado o trabalho escravo de 19.940 pessoas, inseridas no contexto mais amplo da violência no campo.

O trabalho escravo existe não apenas nas madeiras, usinas de álcool e carvoeiras dos confins do Mato Grosso, como em lugares próximos dos grandes centros. No mês de junho passado, o ministro do Trabalho, Sr. Marcelo Pimentel, levou um dossiê sobre o trabalho escravo no Brasil à **81ª Conferência Internacional do Trabalho**, em Genebra, reconhecendo a realidade e mostrando medidas tomadas pelo governo.

O Fórum Nacional Permanente contra a Violência no Campo, articulado pela Procuradoria Geral da República, está organizando, de 23 a 25/08/94, um Seminário sobre "Trabalho Escravo nunca mais", a ser realizado na Câmara dos Deputados, querendo transformá-lo em denúncia, mas, sobretudo, em proposições de soluções para esta situação.

2. O BRASIL NO CIRCUITO INTERNACIONAL

Difícilmente qualquer país pode, hoje, fugir das exigências da **globalização da economia**, o que está gestando uma Nova Ordem Mundial. O desafio é saber se posicionar diante dos seus ditames, sem perder a soberania. A nova inserção na economia mundial é um tema necessariamente integrante dos programas de governo dos candidatos à Presidência. A pergunta **central**: qual o eixo da política externa do Brasil? O neoliberalismo dominará as perspectivas do país nos próximos anos? Esta temática vem dominando o horizonte das eleições deste ano. Está, igualmente, como pano de fundo no questionamento à implantação do Plano Real. Com outras palavras, a perspectiva que se descortina aumentará o apartheid social ou teremos novas prioridades democráticas considerando a dívida social?

Tudo isso vem sendo muito discutido. Nas últimas semanas, desde o dia 03/07, o caderno 'mais' do jornal *A Folha de S. Paulo* inaugurou uma sessão intitulada "Consenso de Washington x Apartheid social", desembocando num Seminário, realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na semana de 8 a 12/08, sobre "O BRASIL E O NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL".

Esse debate trouxe para a arena várias reações de pessoas com ideologia e de partidos diversificados sobre a política externa do Brasil, ligações com neoliberalismo, implicações para o Plano Real e para o próximo governo do Brasil...

A expressão "Consenso de Washington" teria sido cunhada a partir de 1989 numa reunião que afirmou uma política para os países periféricos, cuja estratégia seria o ajuste das economias, com o objetivo de inserir estes países na Nova Ordem Mundial.

O debate teve início com uma acusação ao candidato Fernando Henrique Cardoso de “ter sido concebido pelo consenso de Washington para viabilizar no Brasil a coalizão capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI e dar viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial”.

O próprio Fernando Henrique toma a palavra, negando terminantemente a acusação: “Chega de artificialismos e de estereótipos conspiratórios deste tipo”, diz ele... “A política de estabilização proposta — sem monitoramento do FMI e sem passar por recessões — é apenas uma tentativa para assegurar condições de governabilidade e para permitir que o país chegue às eleições. Se os críticos, ao invés de distorcerem o que eu penso e proponho, percebessem que eu desejo reconstruir o Estado para permitir que se dê a guerra ao “apartheid social” chegariam a outras conclusões” (FSP 17.07.94).

A globalização da economia se torna irreversível, mas é um grande desafio já instalado com variadas expressões.

É certo que a silhueta das políticas de corte neoliberal, em menor ou maior grau, já penetra em muitas das decisões políticas. Está presente na integração do Cone-Sul, via MERCOSUL (a integração é pensada em nível de mercado e só a partir da cúpula). Está embutida nas negociações da *dívida externa*, concentrando renda e aumentando a dívida social, como já diziam os Bispos em Santo Domingo: “o problema da dívida externa não é só, nem principalmente econômico, mas humano, porque leva a um empobrecimento cada vez maior e impede o desenvolvimento e retarda a promoção dos mais pobres...” (SD 197). O fantasma do neoliberalismo se faz presente em *Projetos do nosso Legislativo*, com pressões perceptíveis dos Estados Unidos para serem votados conforme os

ditames do figurino. Trata-se de temas que definem o futuro do país, com muitas implicações éticas, em biotecnologias e em genética, como a Lei da Propriedade industrial (Lei das Patentes); ou em Projetos que buscam diminuir a população — através da esterilização ou do aborto... O neoliberalismo se faz presente, igualmente, na *filosofia da Conferência do Cairo*, sobre a População e o Desenvolvimento, defendendo o drástico controle de natalidade como condição prévia para o “desenvolvimento duradouro” (para quem?)...

As Conclusões de Santo Domingo propõem como linha pastoral, falando sobre Empobrecimento e Solidariedade: “Urgir respostas dos Estados para as difíceis situações agravadas pelo modelo econômico neoliberal, que afeta principalmente os mais pobres. Entre estas situações, é importante destacar os milhões de latino-americanos que lutam para sobreviver em economia informal” (n. 181).

3. ALTERNATIVAS PARA O BRASIL

Apesar dos percalços e dos acidentes de estrada, o Brasil explicita sinais de Esperança. Brotos vicejantes desabrocham, num sonho em mutirão, desejando construir um país economicamente justo, socialmente equitativo e solidário, politicamente democrático e culturalmente plural. Salientando experiências que revelam o povo em movimento, com as mangas arregaçadas por um Brasil melhor:

A 2ª Semana Social Brasileira

Com o resultado das semanas sociais regionais realizadas no período de dois anos, a 2ª Semana Social debruçou-se sobre módulos temáticos previamente delimitados. O clima de esperança espelhava os reflexos de um Brasil em busca de saída e de uma Igreja com face profética e

missionária. Algumas idéias fortes surgiram, baseadas numa premissa fundamental: a sociedade organizada tem como centro a pessoa humana e a vida, o que supõe mudanças nas estruturas e nas mentes. Vejamo-las a partir dos módulos:

— Para uma *perspectiva nova no econômico*, é necessário um novo modelo, com a mística que o sustente, fundado na solidariedade, construído na prática social e política do povo e no reconhecimento das iniciativas populares que já estão gestando um novo projeto de desenvolvimento.

— Para um *Estado realmente democrático* se supõe a superação da concentração política, pela publicização e descentralização do aparelho estatal; isto exige a consolidação e ampliação do exercício da cidadania, em especial da participação popular na gestão pública; exige, ainda, a criação de espaços públicos não-estatais, que se constituam como verdadeiros espaços solidários.

— Não se pode falar, de fato, em *cidadania*, sem se concretizar o acesso à terra, à educação, à saúde, ao trabalho, enfim, aos direitos sociais básicos garantidos na Constituição Brasileira. Igualmente é necessário enfrentar a dominação política nos âmbitos do Estado e do cotidiano.

— Para tanto despontam *Sujeitos e Valores emergentes*. Estes sujeitos se estabelecem abertos ao diálogo e desejosos do novo. Nas relações e nos conflitos se fazem construtores de sua história, na busca incansável de superação dos limites que impedem a plenitude de vida. Os valores emergentes provocam um novo comportamento na história dos sujeitos, o que vai fermentando a aceitação do diferente e germinando uma nova ordem política e social.

I Conferência Nacional de Seguridade Alimentar (ICNSA)

Com a presença de mais de 2 mil delegados, convidados e observadores, de

todas as Unidades da Federação, reuniu-se em Brasília, de 27 a 30/07/94, a ICNSA, precedida de centenas de conferências municipais e estaduais, promovida pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Seu objetivo era ampliar o debate sobre as causas e as soluções para a fome e a miséria, alcançando o maior número possível de localidades e de segmentos sociais em busca de Segurança Alimentar.

Conforme o Presidente do CONSEA, dom Mauro Morelli, o conceito de Segurança Alimentar abrange o atendimento às necessidades básicas da pessoa humana...; é garantia do direito básico de cidadania e, em cada mesa, o “pão nosso de cada dia” adquirido com dignidade...; é fruto do redimensionamento da estrutura fundiária e consequência de política agrícola que ofereça condições favoráveis aos trabalhadores rurais...; Segurança Alimentar é consequência de decisão política que direciona a economia para um processo de desenvolvimento que priorize a participação humana, que valorize o trabalho...”

O CONSEA faz parceria com o Movimento Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria pela Vida, consciente de que a fome e a miséria só podem ser enfrentadas em uma relação entre a sociedade civil e o Estado, com desenvolvimento de políticas governamentais necessárias e com a implantação de uma gestão democrática e participativa em todos os níveis de governo e em todos os poderes. Seu projeto mais significativo do momento é a doação de 400 mil toneladas de grãos dos estoques do governo para o programa emergencial de distribuição de alimentos, que prevê a liberação de cem mil toneladas de arroz, cem mil de trigo e 200 toneladas de milho.

Conforme a Conferência, a Segurança Alimentar deve ter como eixo um *novo Projeto de Desenvolvimento Nacional*. No Brasil haverá Segurança Alimentar quando todos os brasileiros tiverem, permanentemente, acesso em quantidade e qualida-

de aos alimentos requeridos para a saudável reprodução do organismo humano e para uma existência digna...

— **Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil.** Uma iniciativa das Universidades. Deverá realizar sua 2ª Conferência em Brasília de 21 a 26/10/94. A 1ª foi realizada no final do ano passado, contou com 10 Universidades em parceria com algumas instituições não-governamentais e teve continuidade mediante Conferências estaduais. O objetivo desta 2ª Conferência é listar e debater consensos, dissensos e lacunas dos sete Projetos Globais analisados ao longo do processo de preparação, num Fórum de caráter não-corporativo e suprapartidário. Trinta Universidades já estão inscritas.

Os sete projetos em estudo:

1. "BRASIL 2000" — do professor Hélio Jaguaribe.
2. "MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO", relatório do Fórum Brasileiros de ONGs e Movimentos Sociais.
3. "UM PROJETO PARA O BRASIL", da Força Sindical/Antonio Kandir.
4. "BASES PARA UM PROJETO NACIONAL", do Brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla (Comandante da ESG).
5. "A REVOLUÇÃO DAS PRIORIDADES", de Cristovam Buarque.
6. "BRASIL FUTURO PRESENTE", de Augusto de Franco e Ozeas Duarte.
7. "IDÉIAS PARA O DESENVOLVIMENTO", de João Paulo dos Reis Velloso.

Também têm como objetivo apresentar aos candidatos à Presidência da República (ou ao Presidente eleito, se eleito em primeiro turno) os pontos consensuais verificados nos diversos projetos examinados, questionando-os sobre seu compromisso com a implementação de medidas de governo que traduzam as prioridades expressas.

4. PRESENÇA PÚBLICA DA IGREJA

As Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (1991-1994) ao acentuar uma **PRESENÇA MAIS SIGNIFICATIVA DA IGREJA NA SOCIEDADE** afirma: "A Igreja no Brasil procura contribuir para que se torne realidade não apenas uma democracia formal, mas uma justa repartição dos bens e oportunidades, permitindo a todos o exercício pleno da cidadania e garantindo ao povo uma efetiva participação econômica, social e política (n. 232).

Três áreas de sua atuação são significativas:

— No *processo eleitoral*, podemos constatar várias posições da Igreja Católica, através de pronunciamentos da Assembleia de Itaiçara, de Bispos nos Regionais, nas dioceses, do Conselho Nacional dos Leigos (CNL)... explicitando preocupações pelo evento, valorizando o ato de votar como solidificação do processo democrático, incentivando as ações das organizações sociais. No já citado pronunciamento, os Bispos vêm como muito oportuna a contribuição das Dioceses na organização de encontros de formação política, declarações e cartilhas... Incentivam os leigos nas suas reflexões ou iniciativas verdadeiramente justas e democráticas. Dizem que têm o respaldo e o apoio dos seus Pastores, à luz de SD n. 99.

De fato, já são muitos os instrumentos em circulação como mecanismos de educação política: vídeos, cartilhas de dioceses, das pastorais específicas ou de outras entidades eclesiais. Um elemento novo nestas eleições são os pronunciamentos das Igrejas evangélicas (metodista, luterana...). Também os Comitês religiosos de cunho ecumênico.

— A *Semana Social* significou a Igreja colaborando com o amadurecimento da

democracia no Brasil, apresentando propostas alternativas, tendo a ética como eixo. Um trabalho realizado durante dois anos de preparação, um evento no qual a característica da presença da igreja não foi reivindicar algo para si mas prestar um serviço ao povo, aos mais pobres. Dois importantes eventos propagaram a Semana Social em todo o Brasil: o debate com os presidentes, no dia 28/07, levando através de perguntas as questões refletidas pela Semana Social, e a Oração pelo Brasil na Praça dos Três Poderes.

— *A Igreja diante da Conferência do Cairo*: a grande imprensa vem notificando um conflito na preparação da Conferência do Cairo: posições diferentes da ONU e do Vaticano. De fato, vários aspectos do Documento da Conferência da ONU vêm sendo questionados pela Santa Sé: planejamento familiar, aborto, atividade sexual dos jovens e adolescentes, papel da família, direitos da mulher, desenvolvimento e estilo de vida... O Santo Padre mandou uma carta aos chefes de Estado e entregou uma mensagem à secretária-geral da Conferência do Cairo, Sra. Nafis Sadik, expressando suas apreensões; o Pontifício Con-

selho da Família tem promovido reuniões continentais com os presidentes das Conferências Episcopais e lançou o Instrumento de Trabalho sobre Evoluções demográficas — dimensões éticas e pastorais. A CNBB tem oferecido subsídios para um melhor acompanhamento do evento, vários artigos de bispos ou de leigos foram publicados pela imprensa, encontro do Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, com autoridades do Ministério das Relações Exteriores, do Legislativo...

Na carta aos chefes de Estado, o Santo Padre afirma que o projeto de Documento final para o Cairo lhe causou uma dolorosa surpresa: ... “O tema do desenvolvimento inserido na ordem do dia do Encontro do Cairo, com a problemática muito complexa da relação entre população e progresso que deveria estar no centro do debate, passa quase despercebido, tão reduzido é o número de páginas que lhe são consagradas”. “A leitura deste Documento, que não passa — é certo — de um projeto, deixa a amarga impressão de uma imposição: a de um estilo de vida típico de certas faixas das sociedades desenvolvidas, materialmente ricas e secularizadas”.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. O autor afirma que está se firmando a convicção de que a raiz mais profunda da crise do Brasil é de ordem ética, suscitando uma reação salutar para exigir valores morais na atividade política, econômica e social. Você está de acordo com isto? Que sinais de desordem ética podem ser percebidos na área em que você e sua comunidade vivem?

2. O final de um período de decisões eleitorais é bastante elucidativo para compreendermos o processo desenvolvido: como foi utilizada a máquina administrativa, de modo especial em nível estadual? Como atuaram os Meios de Co-

municação Social? Como foram feitas as alianças partidárias em sua área de atuação pastoral?

3. É freqüente ouvir críticas, em geral de tom bastante severo, por parte de religiosos/as, às diversas propostas de reorganização da economia (globalização, privatização, dívida social etc.) e da sociedade em geral. Diante das propostas apresentadas na 2ª Semana Social Brasileira, resumidas pelo autor, em que você e seu grupo religioso podem engajar-se efetivamente, tendo presente seu carisma congregacional?



Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1º de novembro de 1994

Afinal, ficou pronto o livro **Para Fazer Bem O Retiro-2**. Trata-se da experiência cristã de Deus na Vida Religiosa e no Retiro. Adquira seu exemplar antes que acabe. Anunciei, aqui, este livro no mês de janeiro. Faz, portanto, onze meses. Queira Deus que não se decepcione com a posse após tão longa expectativa. Nestas páginas está o que penso e que emana de convicção profunda e, sem pretensão, no limite de minhas possibilidades, o que gostaria que pensasse a propósito da **Experiência Cristã de Deus**, este fato oculto, esta intuição inefável, esta realidade inaudita, experimentada presente e possuída pela fé. É a minha percepção. Subjetiva, é óbvio. Não arbitrária, porém.

A experiência cristã de Deus se dá na obscuridade da fé que anseia ver. A alegria do futuro, hoje. Amadurece na esperança que anseia possuir. A festa do amanhã, agora. Nunca se está seguro de havê-la alcançado. É uma busca por muitas trilhas (que podem me intercomunicar) em diferentes situações pessoais. E jamais se pode captar adequadamente. **É maior do que tudo aquilo que dela se pode dizer**. Estamos diante de um mistério que não pode ser fixado em conceitos humanos, por mais que o coração adivinhe do que se trata. Conserva sempre o caráter de fermento escondido, de semente enterrada.

A experiência cristã de Deus é, essencialmente, **uma experiência de fé em Jesus Cristo**, uma inter-relação pessoal com Deus por Jesus Cristo, uma comunhão constante de afetos, valores e projetos. A orientação da própria vida em absoluta coerência com o seu Evangelho. Resposta existencial de acolhida e aceitação à realidade viva de Jesus Cristo. Nele, é-nos dado acesso à realidade própria de Deus. Nele e por ele, Deus se manifesta à pessoa individual e à humanidade como um todo. Nesta dinâmica de comunicação e inter-relação dá-se a opção livre e consciente de acolhida ao Deus de Jesus Cristo.

Crer em Jesus, tirá-lo dos preciosismos arqueológicos e da nebulosidade e sutilezas teológicas construídas por uma razão ébria de autonomia e que se julga científica. Libertá-lo até das superestruturas da fé como também da piedosa fantasia. **Crer e viver o seu mistério é o princípio e o coração de toda experiência cristã de Deus**. Crer em Jesus Cristo implica um empenho fundamental de alcance escatológico. É optar hoje pela luz ou pelas trevas, pela vida ou pela morte, para o dia da parusia. Diz respeito à nossa vida agora e também ao nosso destino no além. Quem crer tem a vida. Quem não crer não verá a luz.

Experiência cristã de Deus: experiência de fé e, portanto, toda voltada para uma realidade que se supõe, por definição, transcendente. Pouca luz, obscuridade bastante. Caminhar às apalpadelas. A fé, por natureza, é obscura. **A nossa luz, todavia, vem, paradoxalmente, da obscuridade da fé**. Crer em Deus e viver de tal maneira que a vida não pudesse ser vivida se ele não existisse. Se o espírito humano não é capaz de ver a Deus neste mundo, deve, entretanto, acostumar os olhos ao tênue resplendor difundido nas obras da criação. Deve educar-se para conviver com Alguém que é presença insondável, plenitude de amor, de verdade e de sentido, que está perto, que é tudo, mas não é visível.

É misteriosa presença que nos supera e ampara. Percebo-me orientado por Alguém que é o mistério último, sagrado, imanipulável, não posto ao alcance de minhas mãos. Sempre presente na aventura de nossa vida, mas de modo transcendente, a ponto de nunca poder ser identificado. À medida que o tenho, o possuo, ele se me escapa. **Deus é nosso pela fé** e se torna assim fundamento de nossa esperança.

Crer em Jesus Cristo e reconstituir a sua história concentrando a atenção sobre o que é o seu centro, a saber, sua morte e ressurreição, a Páscoa de Cristo. Tudo na vida de Jesus é misterioso até o dia em que os eventos pascais lançaram luz definitiva sobre ele. Crer na fé, anunciar na pregação, celebrar na liturgia, testemunhar na vida. **QUEM Deus é, O QUE Deus é, COMO Deus é, nós o descobrimos em Jesus**. Por ele e com ele, a pessoa se aproxima a Deus. Nele Deus está presente. Ou ele é Deus ou Deus não existe. Mas **ele é o nosso Deus e Salvador**. Jesus é a sinfonia de abertura de toda experiência de Deus.

Desejando-lhe toda a PAZ e todo o BEM, com fraterna amizade e renovada estima, subscrevo-me,

atenciosamente